

(Texto com revisão.)

 **Pauta:** Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23, que regulamenta a realização de feiras ecológicas no município de Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (19h) Boa noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Boa noite. Só para informar antes, vereadora, para aqueles e aquelas que entraram posteriormente, que a nossa audiência pública de hoje vai ser presidida pela Ver.^a Lourdes Sprenger, que é a 3ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Boa noite a todos. Estou substituindo o Presidente Hamilton Sossmeier, que não pode comparecer devido à existência de outra agenda que antecedeu. Hoje, dia 14/11, no horário das 19h, teremos esta audiência pública para analisar o PLE nº 037/23, que regula feiras ecológicas. Dando seguimento, o diretor Luiz Afonso dará as demais orientações do andamento dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Sra. Presidente. As nossas audiências públicas, como habitualmente ocorre, serão, em seguida, disponibilizadas através do *chat*, o *chat* ainda está fechado, abriremos assim que eu terminar as instruções, para que recebamos cinco inscrições com manifestações favoráveis ao projeto e cinco manifestações contrárias ao projeto. Para que a inscrição ser registrada, a pessoa deverá colocar o nome e um sobrenome, e a expressão “a favor” ou “contra”. Sem esses requisitos não poderemos fazer as inscrições. Vamos iniciar com uma manifestação de parte da autoria do projeto, que é o governo municipal. Falará em nome do governo o secretário Cassio Trogildo, da Secretaria de Governança Local e Articulação Política. Depois passaremos às inscrições. Sras. Vereadoras

e os Srs. Vereadores que estão presentes, basta que manifestem o interesse em fazer pronunciamento, os quais serão feitos intercaladamente com as inscrições da comunidade. O *chat* está aberto para o recebimento de inscrições. Já podemos, Sra. Presidente, passar a palavra ao secretário Cassio Trogildo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Secretário Cassio, seja bem-vindo à nossa audiência. Vamos ao projeto.

SR. CASSIO TROGILGO: Obrigado, Ver.^a Lourdes, presidente dos trabalhos. É um prazer revê-la por aqui. Quero saudar também os vereadores presentes, creio que estejam aqui os vereadores Adeli Sell, Biga Pereira e Airto Ferronato. Quero saudar também o nosso 37º membro, o diretor legislativo Luiz Afonso, que ontem foi muito justamente homenageado pelos seus 45 anos de trabalho na Câmara Municipal, no ano em que se comemoram os 250 anos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Faço uma saudação muito especial também a todos que comparecem a esta audiência virtual aqui para poder discutir este importante projeto que o Executivo Municipal encaminhou para a Câmara Municipal. Saúdo também o Ver. Aldacir Oliboni.

Vou pedir para o pessoal compartilhar aqui uma apresentação que nós preparamos, com o histórico de todo esse trabalho.

(Procede-se à apresentação.)

SR. CASSIO TROGILGO: Bem, primeiro, aqui um breve histórico. Nós tivemos, em 2015, a reconstituição da zona rural; aliás, a recriação da zona rural. Nós tínhamos zona rural até 1999, ela foi extinta na revisão do Plano Diretor de 1999, e foi recriada, então, através de um Projeto de Lei Complementar do Executivo, em 2015. Eu era vereador à época, presidi uma comissão especial, então, que analisou o projeto por 90 dias, e o projeto foi aprovado por unanimidade nesta Casa. O que que a volta do zoneamento rural estabeleceu no nosso Plano Diretor? Primeiro, a demarcação de uma área específica para a produção

primária, focada no turismo rural e na preservação ambiental. Uma demonstração da cidade de que queria fomentar a agricultura familiar, através da geração de emprego e renda nas atividades rurais e extrativas e no comércio de serviços, assim como o turismo rural.

No mesmo ano da recriação da zona rural, nós tivemos o advento do Pacto de Milão. O Pacto de Milão nasceu na Expo Milão, em 2015, nós tínhamos recém-aprovado o restabelecimento da zona rural e eu representei a Câmara Municipal lá na Expo Milão, onde nasceu o Pacto de Milão, e nós trouxemos, então, para que Porto Alegre pudesse ser signatária do Pacto de Milão. Foram seis cidades no entorno do mundo que iniciaram esse protocolo, que basicamente tem como finalidade a produção de alimentos próximos do mercado consumidor; alimentos saudáveis próximos do mercado consumidor. Então, Porto Alegre é signatário desse pacto desde 2015. No ano passado, inclusive, na cidade do Rio de Janeiro, teve um encontro da América Latina, onde Porto Alegre se fez presente, em que o Presidente reafirmou esse compromisso do desenvolvimento da segurança alimentar com desenvolvimento sustentável e a produção primária de alimentos saudáveis perto do mercado consumidor, reduzindo, então, aí, a queima de carbono de combustíveis. Neste momento em que se fala tanto de mudanças climáticas, de resiliência, acho importante frisar o nosso compromisso de 2015 e a nossa manutenção desse compromisso.

Em 2017, também nós tivemos a aprovação pela Câmara Municipal, dentro desse escopo da produção primária e que envolve as feiras ecológicas, uma legislação – que inclusive fui o proponente, na época – que foi aprovada também, se eu não me engano, por unanimidade, que é a transição para o sistema livre de agrotóxicos em 15 anos. Então, foi aprovado em 2017, nós temos então que, até 2032, fazer essa transição. A SMGOV assumiu a produção primária em julho do ano passado e nós estamos, então, trabalhando muito aqui na cidade para que os nossos produtores, aqueles que são convencionais, que ainda usam agrotóxicos, que eles possam, então, ingressar na transição e que a gente possa aí, até 2032, mas no menor tempo possível, termos a produção de alimentos

saudáveis, o que significa também segurança alimentar, mas especialmente é nutrição saudável para a nossa população.

Comentei aqui já que, em julho do ano passado, foram passadas as atribuições da produção primária para a Secretaria de Governança. Essas atribuições, historicamente, eram na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – antiga SMIC –, sucedida pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, e agora, neste governo, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo. Então, no ano passado, foram passadas as atribuições para a SMGOV. Dentre essas atribuições, nós recebemos, então, a Unidade de Fomento Agropecuário, a Unidade de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIMPOA – e a Unidade de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Vegetal – Simveg. Todas essas unidades ficam lá no Centro Agrícola Demonstrativo, que é uma propriedade da Prefeitura de Porto Alegre no município de Viamão, ali próximo ao Hospital Vitória. Também no ano passado lançamos, fruto de uma lei municipal aprovada pela Câmara, o programa de aquisição de alimentos do Município. Então, nós iniciamos aí um PAA para aquisição de produtos diretamente do produtor para a distribuição da assistência social, via banco de alimentos. E iniciamos esse processo com o valor de R\$ 350 mil; recebemos emendas no valor de R\$ 200 mil, somando R\$ 550 mil; e, agora, recentemente, nós tivemos mais um aporte de R\$ 1,44 milhão. Então, nós estamos com um programa rodando aí de R\$ 1,98 milhão, que é um programa de incentivo do ponto de vista da produção, da aquisição direta de alimentos diretamente dos produtores, onde nós temos uma remuneração de 30% de adicional para aqueles produtos que são produtos orgânicos e certificados. Então, mais uma iniciativa aí de fomento à nossa produção primária, ao nosso produtor local, e um incentivo ainda adicional para aqueles que têm produção ecológica.

Também conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação, nós estamos reorganizando o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, são recursos do governo federal que são repassados às prefeituras. E a legislação que criou o PNAE estabelece que 30% desse valor tem que ser gasto com a

agricultura familiar. Porto Alegre vinha, ao longo do tempo, adquirindo agricultura familiar, mas não vinha priorizando os agricultores locais, a produção local. E, sempre que eu falo nisso, o PNAE estabelece que a prioridade é o agricultor local; se o agricultor local, a produção local não for suficiente, então, a região subsequente, depois as demais regiões e até as regiões nacionais. Então, esse programa nacional estabelece essa lógica, nós não vimos tendo a compra dos agricultores de Porto Alegre, tivemos um piloto no ano passado, aliás, neste ano, já temos sete produtores locais fornecendo para o PNAE. Estamos na construção, juntamente com a Emater e com a Secretaria Municipal de Educação, para construirmos já o PNAE do ano que vem, e queremos que também haja uma ampliação aí de produtores locais. O PNAE também tem a mesma previsão do PAA, em que os produtos orgânicos têm uma remuneração de 30% superior à tabela. Agora, em 2023, então, tivemos um decreto regulamentando a lei que recriou a zona rural; a lei que recriou a zona rural fala que nós temos que ter um sistema sustentável, um planejamento sustentável de desenvolvimento da nossa zona rural e da nossa produção primária. Então, nós temos um decreto agora que estabelece diversas iniciativas, buscando agricultura de baixo carbono, técnicas de plantio que retenham a água no solo e com foco nos sistemas agroflorestais, que nós estamos convencidos que são bons sistemas, em especial para a agricultura familiar, para a nossa produção local aqui de hortaliças e outras agriculturas.

Bem, fiz esta apresentação até agora para mostrar que tudo isso está imbricado com a questão das feiras; as feiras ecológicas, então, são mais uma forma de o produtor ter a venda direta para o consumidor. Então, nós temos três grandes eixos de comercialização diretas do produtor: Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e as feiras. Qual a característica das nossas feiras ecológicas? Falo para aqueles que não estão acostumados a lidar com o tema. Logicamente que uma boa parcela aqui de quem nos assiste é consumidor, está envolvido com o tema, mas aqueles que eventualmente não estejam acostumados a lidar com o tema, as nossas feiras ecológicas, que são em número de sete na cidade de Porto Alegre, trazem a

venda direta do produtor para o consumidor final. Nós hoje temos sete feiras, como eu disse, em logradouros públicos; e temos mais uma feira aqui no Centro Administrativo Municipal, uma feira recente, que acontece às quintas-feiras. Hoje, nós temos 300 feirantes nessas sete feiras; 270 feirantes não são de Porto Alegre, e 30 desses são originários da nossa cidade, da nossa zona rural.

Desde 2018, quando eu ainda era vereador, nós temos tido esse trabalho de construção de uma legislação específica, que abarque a regulamentação das feiras ecológicas. Lá em 2018, eu ainda vereador, presidi uma comissão especial na Câmara, e não foi possível propor um projeto de lei, naquele momento, justamente porque isso é prerrogativa do Executivo. Por que precisa de uma lei específica? Porque, até os dias de hoje, antes da aprovação do projeto de lei que está aí na Câmara, a lei que regulamenta as feiras orgânicas é a lei dos ambulantes. Como não existe uma legislação específica, há bastante tempo, lá por 2012, a administração da época buscou, na lei dos ambulantes, um *link* para poder fazer, então, uma resolução – Resolução nº 03, de 2012, que foi construída também com amplo debate, que regula, até os dias de hoje, as feiras em Porto Alegre. Então, nós passamos a elaborar uma proposta; em novembro, nós fomos na posse do Conselho de Feiras; em dezembro, fomos visitados pela direção do Conselho de Feiras Orgânicas, que nos pediram, então, prioridade na construção de um projeto de lei que pudesse ser específico para as feiras ecológicas. Nós havíamos assumido, em julho, a atribuição; em janeiro, finalizamos uma proposta e só pudemos apresentar, em março, para o conselho, a primeira apresentação, porque, em fevereiro, o conselho estava de recesso. De lá para cá, já se passaram quase 10 meses, nós fizemos diversas reuniões, participamos do seminário. Hoje mesmo, pela manhã, tivemos apresentação do projeto de lei também na reunião da CPOrg, de comercialização da CPOrg. Então, nós temos tido aí um amplo debate com toda a sociedade, com os feirantes de todas as comissões de feira, e, no dia 19 de outubro, então, foi protocolado o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23, que regulamenta as feiras ecológicas na cidade de Porto Alegre.

Então, são diversas reuniões que nós tivemos, desde a primeira reunião ali, que foi um certo demonstrativo, lá no dia 13 de março; depois nós tivemos reuniões com diversos feirantes, tanto da Rama, que é a nossa OPAC, certificadora da Região Metropolitana, com feirantes de Porto Alegre, feirantes da Região Metropolitana e também feirantes de outras cidades que não da Região Metropolitana.

Então, foram oito meses de debate, ali a nossa participação no seminário no dia 5 de junho – seminário que foi promovido pelo Conselho de Feiras e aconteceu no auditório do MAPA.

Ali à esquerda, temos outro seminário que fizemos na sede da Aiamu.

E, na parte de baixo, ali a fotografia da audiência que o Conselho de Feiras pediu, com o Sr. Prefeito. Foram, então, devidamente recebidos pelo prefeito, antes da apresentação do projeto protocolado na Câmara do dia 19 de outubro de 2023.

Bem, aqui, então, algumas premissas que nortearam a apresentação do nosso projeto de lei. Primeiramente, a continuidade de todos os feirantes que hoje estão estabelecidos, os 300 feirantes, aqueles que têm alvará, que estarão sendo substituídos pela autorização do feirante, até porque os alvarás, agora, pela lei da liberdade econômica, não serão mais necessários para as feiras.

Então, aqueles feirantes que tinham o alvará, ou que têm o alvará, terão a autorização de feirante e terão a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre tão logo tenha sido aprovado o PLE nº 037/23, garantindo a sua permanência. É importante que a gente coloque isso aqui, porque, desde a primeira minuta que nós apresentamos, e, por muitas vezes, foi dito, de uma forma inverídica, que a Prefeitura estava querendo expulsar os feirantes que não eram de Porto Alegre das feiras de Porto Alegre. Isso seria uma insanidade, como eu falei no início aqui, nós temos 300 feirantes em Porto Alegre e 270 não moram e não produzem em Porto Alegre. Então, seria uma insanidade, foi uma inverdade que foi prolatada por pessoas mal-intencionadas e parece até que agora pararam de dizer, porque, como está lá no texto, é uma inverdade que teve um caminho muito curto.

A outra premissa é que o preenchimento das vagas e a criação de novas vagas na formação de novas feiras serão realizados mediante edital de seleção pública. Isso é uma premissa universal, essas feiras acontecem em logradouros públicos, então, a chamada vai ser universal, logicamente cumprindo os requisitos. Um desses requisitos é de que esses produtores ou processadores tenham certificação de produção orgânica. Então, essa é uma premissa que está, desde 2018, colocada e que está no nosso projeto de lei, ou seja, chamamento público com acesso universal de todos que tiverem interesse em participar.

A próxima premissa é de que, nos editais de chamamento público, haverá priorização de participação dos produtores de Porto Alegre, da Região Metropolitana e do interior do Estado. Isso, como eu falei, é o que preceitua o PNAE. Está dentro de uma lógica de sustentabilidade que a produção tem que ser mais próxima do mercado consumidor, mas nós estamos falando aqui das vagas que, porventura, abrirem em alguma feira existente ou de chamamentos públicos para novas feiras. Como eu falei, todos os atuais feirantes têm a garantia, a partir da aprovação da lei, da publicação no Diário Oficial; mas, sim, nós temos uma potencialização de fomento para que os nossos produtores de Porto Alegre tenham, sim, prioridade de participação, o que não significa exclusão para os demais produtores da Região Metropolitana ou das demais regiões do Estado.

Hoje, nós já temos a figura do bolicheiro. Quem frequenta especialmente as duas feiras que nós temos no Bom Fim, existe ali a figura do bolicheiro, que é nada mais e nada menos do que o comerciante. Então, nós estamos colocando, no projeto de lei, a possibilidade do comerciante, que terá a finalidade de preencher aqueles produtos que não forem ofertados pelos feirantes. Eles terão que ter certificados orgânicos, e, como eu disse, após o estabelecimento da feira ou após a recomposição da feira, faz-se uma nova conversa com a comissão da feira e se estabelece a possibilidade de ser ofertado, através de comerciantes, aqueles produtos que nenhum feirante está ofertando. Nós acreditamos até que os comerciantes terão uma participação limitada nessas ofertas, até porque também está previsto que os produtores do mesmo grupo de produção poderão

ofertar produtos uns dos outros. Então, isso já está sendo permitido, mediante autorização, logicamente, da Prefeitura, combinado com as comissões de feiras. Nós acreditamos que o comerciante, em especial naquelas feiras de menor porte, quando se vai ali nas duas feiras do Bom Fim, tem uma grande oferta e uma grande diversidade. Mas, quando você vai numa feira menor, como é a minha feira da Tristeza, que é a mais descentralizada da cidade, fica ali, Ver.^a Lourdes, na Av. Otto Niemeyer, próximo ao Zaffari, em frente à igreja, é uma feira que tem 25 anos, que estava inclusive diminuindo. Nós fizemos um novo chamamento lá, já temos seis novos feirantes, mas muitos consumidores dizem que ainda faltam muitos produtos. Então, o comerciante será ajustado lá com a comissão de feiras e faremos um novo chamamento para que um portfólio de produtos não existentes na feira possa também ser ofertado, certificado, com certificação orgânica, para aquela comunidade – e queremos fazer isso também nas demais feiras da cidade.

Fica garantida a sucessão familiar, é algo também que a gente tem uma previsão ampla de sucessão familiar, ou por aposentadoria, ou por desistência, eventualmente, ou por invalidez, ou até por falecimento, óbito. A gente tem toda a previsão ali da associação familiar que era uma reivindicação antiga dos feirantes.

Fica também garantido os afastamentos por motivo de gravidez com doença, isso não tinha previsão. Então, hoje, para a banca funcionar, tem que ter um titular da banca, juntamente com um auxiliar. Nós estamos fazendo a previsão, por exemplo, na feira da Tristeza, teve a Maiara, esposa do Rafael, que ganhou bebê recentemente, o Pedrinho está com quatro meses e pouco. Ela, a rigor, teria que ter fechado a banca, então, nós estamos fazendo essa previsão: a banca poderá funcionar só com auxiliar nessas situações de gravidez, licença-maternidade ou por eventual doença também. Para isso, a gente está permitindo que cada banca possa ter a inscrição de até cinco auxiliares, porque também é comum o rodízio de auxiliar, eles não vão em todas as semanas. Isso, então, permitirá que os titulares da banca possam ter até um rodízio dos seus auxiliares. Está garantida, desde a primeira minuta, a autogestão das unidades de feiras na

sua organização, inclusive diversos artigos dizem que a administração da feira se dará, em conjunto da Prefeitura, com a organização das comissões de feiras. O descumprimento ao disposto nessa lei e seu regulamento serão apurados em processo administrativo. Isso é muito importante, porque, como os feirantes têm um alvará, eles são frutos de um chamamento público. Não é possível o seu desligamento, qualquer punição que possa lhe ser imputada senão por um processo administrativo devidamente instruído. Nós tivemos casos, neste ano, de tentativa de desligamento na feira da FAE, onde, na verdade, nós sustamos, através de um parecer da Procuradoria-Geral do Município, porque não houve o devido processo administrativo por parte do poder público. Então, isto é uma outra premissa: chamamento público e, para algum desligamento ou punição, o devido processo administrativo. Aliás, o processo administrativo, Ver. Adeli, é uma outra lei que regula, porque nós temos uma lei específica que regula o rito do processo administrativo. Citei o Ver. Adeli, porque ele é, se não me engano, dos vereadores aqui presentes, advogado.

Espero ter situado a todos sobre a proposta do Executivo. Como eu falei, nós fizemos um amplo debate nesses oito meses, e que esta audiência pública possa ser mais um momento de debate, de esclarecimentos e de construção dessa proposta tão importante para a nossa cidade. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, secretário Cassio. Apenas para reforçar a informação, que já passamos pelo *chat*, de que as inscrições já estão encerradas, porque as duas cotas de cinco inscrições favoráveis e cinco inscrições contrárias já estão preenchidas. Se inscreveram para falar favoravelmente ao projeto: Sr. Nelson Dias Diehl, Sr. Ubirajara Almeida, Sra. Cristine Saldanha, Sra. Silvana Bohrer e Sr. Eduardo Gigante. Se inscreveram para se manifestar contrariamente ao projeto: Sr. Leonardo Toss, Sra. Franciele Bellé, Sra. Potira Preiss, Sr. Álvaro Delatorre e Sr. Heverton Lacerda. As Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores que desejarem fazer intervenções, serão feitas intercaladamente com as falas da comunidade. E as falas da comunidade também serão intercaladas, uma fala a favor e uma

contra. Como o primeiro inscrito foi o Sr. Leonardo Toss, que vai encaminhar contrariamente ao projeto, ele será o primeiro a falar. Depois, será o Sr. Nelson Diehl e assim sucessivamente. Registramos que as falas deverão se adequar à manifestação do interesse, contrário ou a favor, sob pena de termos que interromper a palavra, enfim, para se manter o equilíbrio dos debates. Então, com a palavra, inicialmente, o Sr. Leonardo Toss, por até cinco minutos, por gentileza.

SR. LEONARDO TOSS: Boa noite, eu sou servidor do Ministério da Agricultura e, na verdade, me inscrevi para falar contrariamente, mas a minha fala não é bem contra. Eu falo em nome da Comissão da Produção Orgânica, da qual eu sou secretário executivo. Então, eu queria rapidamente apresentar a vocês essa comissão, que foi instituída pelo Ministério da Agricultura, existe aqui no Rio Grande do Sul desde 2006, e atualmente é composta por 34 entidades governamentais e 34 entidades da sociedade civil. Nós temos reuniões a cada dois meses e temos grupos de trabalho que debatem diferentes temas, um desses grupos é sobre a comercialização. Como falou o secretário Cassio, que também é membro da comissão, nós tivemos hoje, pela manhã, uma reunião do GT de comercialização para justamente debater esse PL e preparar uma apresentação para esta audiência. Entretanto, a gente não conseguiu finalizar a discussão. Então, a mensagem que venho trazer aqui e a solicitação que a CPOrg faz – e eu fui incumbido de trazer essa manifestação – é que seja oportunizado um período mais extenso para a discussão desse PL. Nós verificamos que existem convergências e divergências dentro da própria comissão em relação ao que ele propõe, e gostaríamos de fazer uma discussão mais aprofundada. Nós até já marcamos uma nova reunião desse grupo de trabalho da Comissão da Produção Orgânica para a próxima terça-feira à tarde. Consideramos muito importante esse processo de debate e gostaríamos de ter mais espaço para trazer contribuições específicas.

Eu gostaria de compartilhar uma tela com vocês. Estamos trabalhando neste documento aqui, mas não chegamos a concluí-lo. Vamos trabalhar mais na

semana que vem, e solicitamos a esta Casa Legislativa que promova mais uma ou duas audiências, num prazo de 15 ou 20 dias, para que possamos trazer as contribuições. Aqui é só um exemplo do que a gente estava trabalhando, então, eu trago essa solicitação de que seja dado mais prazo para que possamos trazer contribuições a esse projeto.

Como eu disse no início, a CPOrg é uma entidade de todo o Estado, com representações de todo o Estado. São atualmente 68 entidades que fazem parte, e temos como tarefa, digamos assim, colaborar para o desenvolvimento da cadeia da produção orgânica e da comercialização. Entendemos que a experiência em Porto Alegre é muito importante e pode ser espelho para outros municípios. Uma tarefa que nós temos nos dedicado é construir legislações sobre comercialização em feiras orgânicas ou ecológicas. Nesse sentido, acho que pode ser uma experiência interessante se nós oportunizarmos mais um tempo de debate, mais uma ou duas audiências deste tipo aqui para podermos consolidar a nossa proposta e trazer para este espaço de discussão. Agradeço a oportunidade e fico à disposição.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Nelson Dias Diehl está com a palavra.

SR. NELSON DIAS DIEHL: Boa noite a todos. Antes vou colocar um pouquinho do meu histórico. Em 1989, eu era presidente da Cooperativa Ecológica Coolmeia, e, nesse ano, nós decidimos fazer a feira ecológica, chamada Feira dos Agricultores Ecologistas. Eu e a Coolmeia criamos a FAE, criamos um modelo de feira ecológica e também criamos as duas feiras do Menino Deus: a feira de sábado e a feira de quarta-feira. Tivemos na Coolmeia, e eu fui o protagonista nesse processo, um conflito com a Prefeitura da época, o governo Olívio Dutra, não era com todo o governo, mas era com o gestor que se relacionava com as feiras ecológicas, e esse conflito se manteve por muitos anos. Mesmo tendo um conflito, ele era um conflito franco, era aberto, nós conversávamos, dialogávamos. Até um dia conversando com o Rudney, do CAD

– Centro Administrativo Agrícola, e, naquela época, ele era trabalhava no CAD, e ele me relatou assim: “Nelson, eu não entendo o que está acontecendo hoje, porque me lembro da Coolmeia, a gente era superbem recebido lá na sede, conversávamos, nos respeitávamos”. E mesmo com esse ambiente de conflito, em 1993, eu tinha saído, voltei novamente como presidente da Coolmeia, eu assinei uma proposta de lei para as feiras ecológicas, e a Prefeitura pediu para a Coolmeia fazer essa proposta de lei, que muito dela foi aproveitada na resolução, isso em 1993, e sempre dialogando com o poder público. Em 2012, a primeira resolução das feiras ecológicas, a Coolmeia já não existia mais, eu, já como feirante, sou feirante na Feira dos Agricultores Ecologistas – FAE, novamente houve uma grande discussão da resolução, a FAE se reuniu, aprofundou a proposta da resolução, fez alterações, e essas alterações foram muito bem recebidas. Em 2019, houve uma alteração na resolução e, novamente, a FAE teve uma atitude de liderança nesse processo e fez alterações na resolução, que também foram bem acolhidas. Para mim é inusitado que desta vez não houve essa mesma proposição de se estudar, de se analisar com detalhe a proposta da Prefeitura e se fazer alterações. Então, essa postura agressiva, de conflito é totalmente contrária a tudo que se fez, e não tem histórico de um ambiente com essa qualidade de conflito, e não de construção.

A proposta em si, quando ela foi apresentada, em fevereiro, pelo secretário, que eu me lembro, era para o conselho apresentar essa proposta. Eu tive uma reunião, talvez em setembro, onde o próprio conselho ia elaborar, e acabou não elaborando nada, e o secretário propôs. Do que ele propôs até hoje, ela foi muito, mas muito alterada e para melhor, ouvindo e dialogando. Então, são quase nove meses dessa proposição da Prefeitura. É uma proposição, e ela foi alterada, algumas coisas não foram, enfim. Pode ser melhorada? Com certeza pode. Então voltar para uma estaca zero, pedir mais prazo, sinceramente eu acho que agora está num ambiente de democracia, que é a Câmara Municipal, de ela ouvir, com certeza ela vai ouvir, mas ela já está com um bom produto para se fazer uma ótima lei. Com certeza vão fazer alterações, vai haver negociações,

isso é do debate político. Não cabe à sociedade civil entregar uma coisa pronta para os vereadores assinarem. Não é assim que ocorre.

Então, já tem um bom produto, ele foi fruto do debate, da discussão, da conversa, e isso com certeza os vereadores terão um bom material para analisar. Eu participei de reuniões no Lami, junto com produtores de Porto Alegre, foi um belo debate, ótimas contribuições, e assim houve outras tantas na cidade. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Sr. Nelson. Próxima inscrita, Sra. Franciele Bellé.

SRA. FRANCIELE BELLÉ: Boa noite. A gente está aqui na Câmara de Vereadores, *online*, eu vou mostrar aqui para vocês a sala, que está cheia, mas eu vou ter que sair daqui da sala, porque está dando interferência.

Eu sou Franciele Bellé, sou agricultora. Nesse espaço de agricultura familiar, em que eu estou trabalhando... (Problemas técnicos no som.)

Como eu estava dizendo, a minha família está na feira da FAE desde a sua primeira edição, então eu acompanhei boa parte dessa história, apesar de não fazer parte da totalidade dela, porque eu tenho apenas 29 anos e as feiras de Porto Alegre iniciadas pela FAE têm 34 anos, mas eu acompanhei muito desse processo e conheço toda história. É importante a gente colocar aqui como as feiras foram criadas. Como o Nelson bem colocou, as feiras foram criadas pelos movimentos sociais, elas foram criadas pela necessidade que a população de Porto Alegre tinha por alimentos saudáveis. Eles não queriam mais continuar comendo veneno, porque sabiam o problema que isso causava para saúde. Nós tínhamos, na época, agricultores morrendo por intoxicação com agrotóxicos. Então várias entidades, a Agapan e muitas outras, juntamente com a Coolmeia, juntamente com os consumidores, se mobilizaram para conseguir agricultores que pudessem produzir alimentos de qualidade para eles. Isso foi o que construiu a feira, a relação entre consumidor e produtor, onde o atravessador não era permitido. A primeira edição da feira, lá em 89, foi um evento em alusão à

Semana da Alimentação, que propiciava essa aproximação entre agricultores e consumidores. Naquele momento surgiu uma ideia de dar continuidade para aquele processo, porque era algo que as pessoas queriam, as pessoas estavam demandando aquilo; então, isso fez com que esse processo pudesse seguir dali por diante. Naquele momento ficou decidido que se fariam feiras mensais, depois quinzenais, depois semanais, mas o que foi o diferencial das férias ecológicas de Porto Alegre? Por que hoje elas são reconhecidas no mundo inteiro, são referência mundial de alimentação agroecológica? É justamente por causa dessa relação produtor/consumidor, justamente pelo fato de que não tem atravessadores, justamente porque quem faz a gestão dos espaços são as Unidades de Feira Ecológica. E quem são as Unidades de Feira Ecológica, sendo que na lei não está institucionalizado? As Unidades de Feira Ecológica são os agricultores, os processadores, os consumidores, os operacionais e todos aqueles que ali estão representados, todos aqueles que de algum modo estão envolvidos no processo, todos eles fazem parte da Unidade de Feira Ecológica e são eles que tomam as decisões por tudo que acontece naquela feira. E aí a lei que está proposta aqui, o PLE nº 037/23, vem contra isso, vem para institucionalizar um poder de cima para baixo. E sempre foi pregado que não deveria ser dessa forma, justamente por esse processo ser da sociedade civil. A gente quer uma lei, sim, mas uma lei que garanta o que já vem acontecendo há 34 anos, com muitos êxitos. Hoje são sete feiras ecológicas em Porto Alegre, mais de 300 produtores de todo Estado do Rio Grande do Sul, mais de 33 municípios representados, referência em nível estadual, em nível nacional, em nível mundial. As feiras ecológicas da Redenção são mantidas por uma lei estadual como de grande interesse à cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Já existem movimentos e apoios em nível nacional para esse processo. Então, trazer esse caráter de cima para baixo, vamos dizer assim, em que a institucionalidade do poder público detém todo o poder, como está descrito no PL, obviamente que o poder municipal tem o seu papel, mas precisa ser definido na lei qual é o papel do Poder Executivo, qual é o papel das Unidades de Feira Ecológica, qual é o papel da Comissão de Feiras e do Conselho das Feiras

Ecológicas, que, na lei, mal é citado. Todo o diálogo sempre foi feito com a Prefeitura, através do Centro Agrícola Demonstrativo – CAD, que em momento algum é citado na legislação. Então, é importante a gente aumentar esse diálogo, é importante a gente ter mais espaço de discussão. Acho que essa lei não está madura o suficiente para ser votada; precisamos de mais audiências públicas presenciais. Como eu mostrei anteriormente, estamos aqui numa sala lotada. Vou tentar virar a câmera para vocês poderem ver a sala onde a gente está. A gente está aqui numa sala lotada, onde as pessoas conseguem estar podendo participar de forma presencial da audiência pública, que infelizmente não foi possível. Então, gostaria de pedir mais tempo para que a gente possa discutir melhor essa lei, de preferência que ela fosse retirada para a gente poder construir, junto com a comunidade, uma lei que seja... (Palmas.)

(Manifestações na plateia.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quero saudar os meus colegas vereadores que estão presentes nesse importante debate aqui, presencialmente, Ver. Giovani Culau e Coletivo aqui do meu lado, Ver. Jonas Reis – nós três, contando comigo, somos os três vereadores que estamos aqui *online*; quero cumprimentar a Ver.^a Lourdes, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, e a representação do Ver. Pedro Ruas, bem como o secretário Cassio Trogildo também, que fez toda uma apresentação. A Franciele, que me antecedeu, mostrou a todos vocês a sala em que nós estamos. Nós solicitamos que esta audiência fosse presencial. Vou mostrar de novo, Luiz Afonso, quero mostrar. (Palmas.)

(Manifestações na plateia.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Giovani, quero te mostrar também aqui. Muito bem, por que eu fiz questão de mostrar aqui novamente? Porque eu quero dizer que a quantidade de pessoas que estão *online* não supera a quantidade de pessoas que estão nesta sala. Nós, quando pedimos que fosse

uma audiência presencial, é porque nós conhecemos a realidade dos trabalhadores rurais, dos produtores, das famílias, que não têm acesso à internet, que não têm pacote de dados para estarem, cada um nos seus celulares. E nós aqui conseguimos colocar alguns celulares, alguns *notebooks* aqui nessa sala, ligar aqui o telão, para que essas pessoas pudessem participar, por quê? Essa lei... Ninguém aqui é contra a lei; o que nós queremos é que essas pessoas exerçam o seu protagonismo, que os agricultores sejam ouvidos; desde 2012 que estão debatendo, já tem uma produção, já tem uma elaboração, mas a lei hoje apresentada aqui pelo secretário Cassio, o PLE nº 037/23, meio que ignora essa contribuição de quem de verdade faz. Eu quero dizer aqui a todos e todas que eu fui secretária de estado do turismo. Uma das coisas de que eu mais me orgulhava, quando eu saía daqui para falar da cidade, falar do nosso Estado, era falar dos caminhos rurais, daquilo que os agricultores produzem e como recebem as pessoas. Isso é maravilhoso! Isso é selo de qualidade para a nossa cidade! As feiras fazem parte de um processo econômico de sustentação dessas famílias, mas também é um processo cultural do nosso povo, que está ligado a isso. Muitas vezes, a gente vai à feira para se encontrar. Vamos lá comprar, Ver. Jonas, mas vamos lá também exercer esse papel na cultura, no desenvolvimento ecológico, que todos nós defendemos. Eu quero dizer a todos e todas que nós já protocolamos um pedido de uma nova audiência – já está no SEI, que é o sistema – presencial, e que a Prefeitura venha à Câmara Municipal apresentar para todos nós, vereadores e vereadoras, e para todos vocês que produzem esses alimentos, que produzem de forma consciente e de forma ecológica. Nós queremos, secretário Cassio, que o diálogo seja estabelecido. Aqui, quando o Leonardo falou, ele mostrou que já tem uma produção. Nós queremos mostrar essa produção e debater. É diálogo que nós queremos; é que essas pessoas sejam verdadeiramente ouvidas. Nós queremos que a Prefeitura converse com os feirantes. Converse com os feirantes. Nós, vereadores e vereadoras que estamos presentes nesta audiência, estamos declarando que só queremos que esse projeto chegue até o plenário da Câmara, após serem ouvidos os feirantes e que tenha a contribuição de todos vocês, de todas vocês. É isso que nós

estamos pedindo. Nós queremos construir um funcionamento das feiras que leve em consideração a história das feiras que a Franciele tão bem demonstrou, que nos representa a opinião que a Franciele aqui externalizou.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Acho que é só aqui; lá não. Então, além de tudo, a Franciele teve dificuldade na fala dela, porque, além dos mosquitos que estão nos mordendo direto, a rede Wi-Fi da Câmara é difícil. Aqui está rodando bem devagar. Mas eu concluo dizendo que este projeto, o PLE nº 037, não apresenta consenso, não tem o consenso. Bom, estão dispostos a construir esse consenso? Nós estamos. Os vereadores, as vereadoras, os feirantes que estão aqui, que estão *online*, querem, querem construir o consenso. Portanto, eu concluo dizendo que não pode ser ignorada uma história construída, uma elaboração de quem faz, mas não subestime a capacidade de quem põe a mão na terra, quem planta, quem vai lá para a feira vender. Não subestime, não ache que essas pessoas não pensem. Pensam e querem contribuir com a elaboração dessa lei. Portanto, quanto ao nosso projeto, o nosso requerimento está ali, para essa nova audiência pública, presencial. Nós queremos e reivindicamos, Cassio, que você leve em consideração toda essa mobilização que os feirantes fizeram, e que nós, vereadores que estamos aqui presentes, estamos solicitando. Por favor, ouça, dialogue. É isso que nós queremos. Muito obrigada e serão sempre aqui muito bem-vindos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Biga Pereira. O Sr. Ubirajara Almeida está com a palavra. O senhor está com a palavra por até 5 minutos, se não me engano. Já vamos abrir o seu microfone.

SR. UBIRAJARA ALMEIDA: Olá, boa noite. Sou feirante da Feira Ecológica do Bom Fim, sou produtor e processador. Com relação à dúvida se houve debate

sobre esse projeto de lei, houve, sim, muitos debates sobre esse projeto. Nós tivemos; e eu mesmo participei de, pelo menos, três desses encontros em que foram feitas várias trocas. Houve bastante debate sobre o assunto. Só não houve mais participantes porque muitos não foram por temerem alguma coação do próprio conselho, que não quis ir, não quis debater. Então, a parte de debate, houve bastante. A questão da lei, ela contempla? Contempla. Toda lei sempre pode ser um pouco melhor, mas, dentro do que a gente tinha, ela contempla, na minha opinião, coibindo muitas das coisas que vêm acontecendo dentro das feiras; regularizando os desmandos que acontecem dentro das feiras. Por isso essa movimentação contra, provavelmente porque não querem regularizar isso. Na lei, diz que tudo vai ser feito em conjunto com o Município; não só pelas feiras, não só pelas comissões e nem só pelo Município. É uma coisa em conjunto. Então, não é que o Município quer tomar conta, que o Município vai mandar e desmandar. Não, muito pelo contrário, até agora todo o processo foi bem democrático. Todos puderam falar, todos puderam se expressar. Ao contrário de quando a gente tenta falar com o conselho e o conselho proíbe, o conselho expulsa, o conselho faz coisas além da autonomia dele; autonomia essa que ele não tem. Então, eu acho que a lei vem na hora certa para botar regras nas coisas. Essas regras que hoje estão esquecidas.

Quanto à questão dos feirantes. Eu sou de Porto Alegre. Nós somos um número menor, nós somos apenas 30 feirantes de 300. A colocação de Porto Alegre ali na seleção, isso acontece em todas as cidades. Tem que ter isso, porque Porto Alegre absorve a produção de todo o Estado, e não tem uma cidade que absorva a produção de um produtor aqui de Porto Alegre. Nós não temos essa opção de sair, andar 100 km, 200 km, que nem o pessoal que vem de outros lugares, vem da Serra, vem escoar a sua produção aqui. Nós temos que escoar nossa produção aqui. E todos nós enfrentamos muitos problemas em escoar nossa produção dentro de Porto Alegre, nas feiras. Porque, da maneira que funciona hoje, é fechada, só entra o grupinho ali. E com os editais, não. Vai ser uma coisa aberta, vai participar de um edital de seleção, vai ser limpa, honesta; coisa que

hoje não é. É uma coisa fechada. Eu apoio a lei da maneira que ela está. Muito obrigado pelo espaço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Ubirajara. Está inscrito o Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa noite a todos que estão aí na Câmara, aos que estão *online*. Boa noite, Cassio; boa noite, presidenta Lourdes. Eu creio que a sensatez sempre foi aquilo que melhor nos guiou, nos últimos anos, em Porto Alegre. Nenhuma feira ecológica, nenhuma outra feira em Porto Alegre foi criada apenas pela Prefeitura. Tudo isso aconteceu pela conjugação de esforços de produtores, de comerciantes, da Prefeitura, de vereadores que se interessam por esse tema, mas principalmente pela população. Quando eu fui secretário, 20 anos atrás, a gente tentou uma feira em Ipanema, não deu certo; mas nós conseguimos alavancar a feira da Tristeza; mais recentemente, me envolvi com a questão da feira da Câmara, que agora não está existindo. Mas há demandas para outras feiras, porque a produção orgânica também aumentou, as pessoas estão preocupadas com a saúde, como disse a Franciele, porque ela está representando aqui a alma dos nossos produtores, e isso nós temos que levar em conta. Então eu peço que a gente tenha paciência, que a gente faça uma boa audiência pública no nosso plenário, que a gente tem essa questão presencial, que a gente possa conversar, nós não temos mais epidemia, eu não sou contra as audiências *online* em alguns momentos, elas até nos ajudam, mas eu acho que, neste momento, para não ficar restrito ao debate mais vinculado a quem está presente na feira, também aos consumidores... E eu sei que já têm consumidores que se manifestaram, mas vejam o sucesso de algumas feiras mais recentes. Eu não falo das feiras do Menino Deus, nem da feira do Bom Fim, ali do nosso Parque da Redenção, porque essas estão há muito tempo, mas vejam a Rômulo Telles, o sucesso que é essa feira que foi criada em um outro bairro na cidade. E assim nós temos que pensar daqui para frente, no futuro, nas possibilidades de alimentação saudável, e disputar esse mercado. E a feira

sempre pode trazer mais produtos e em melhores condições de aquisição por parte da população, já que os recursos que nós temos são escassos e temos que comprar produtos que são possíveis para o nosso bolso. Então eu quero fazer um apelo veemente ao Cassio Trogildo, que já foi presidente da Câmara, sabe a importância que tem o diálogo, discutir com a base do governo, para que tenha esse diálogo, essa compreensão, para nós não votarmos esse projeto agora, sem o devido amadurecimento. Porque vejam o seguinte, tem vários vereadores aqui presentes, lá no plenário, lá na Câmara e fora dele, também nós temos muitas agendas... E eu até achava que ia demorar uns 30 dias para nós termos esta audiência, mas foi mais rápido, então eu acho que nós temos tempo, não precisamos votar isso agora, acho que nós temos que ouvir todas as pessoas. É o apelo veemente que eu faço: eu acho que nós temos que avançar nessa costura para termos um projeto adequado aos interesses de todos, mas sempre tendo a preocupação, a grande preocupação com o nosso produtor, porque quem já trabalhou na roça sabe muito bem a dificuldade que é produzir, e produzir produtos orgânicos é mais difícil ainda. Eu falo porque venho dessa vertente interiorana e isso mora no meu coração. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Sra. Potira Preiss está com a palavra.

SRA. POTIRA PREISS: Olá, boa noite a todas e a todos. Minhas saudações e cumprimentos às vereadoras e aos vereadores aqui presentes na Casa, bem como ao público aqui presente, seja de forma virtual e presencial. Eu sou Potira Preiss, sou pesquisadora em Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas falo aqui hoje em nome do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul, o Consea, conselho do qual participo enquanto conselheira e membro da comissão executiva. O Consea é um órgão de controle social, componente do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul, o Sisan. No desempenho das suas funções

legais, garantidas pela Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul e pela Lei estadual nº 11.914, de 20 de maio de 2003, tem como função se mobilizar e zelar pela segurança alimentar sustentável da população gaúcha, tendo como responsabilidade orientar o Estado em diretrizes e ações que possam afetar ou ferir o direito humano à alimentação adequada. É nesse sentido que nós nos manifestamos contrários ao Projeto de Lei nº 37, de 2023, que está aqui em debate, elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre. Como já manifestado por outros presentes, as feiras ecológicas que hoje estão ativas em Porto Alegre são fruto de uma aliança de atores da sociedade civil, nomeadamente agricultores de base ecológica e consumidores de Porto Alegre, que há mais de 30 anos iniciaram um processo de articulação para viabilizar um abastecimento com alimentos saudáveis e sustentáveis por meio de um espaço que hoje conhecemos como a Feira dos Agricultores Ecologistas, a FAE. Foi a partir dessa aliança da sociedade civil em áreas públicas que outras feiras foram surgindo na cidade, criando a rede que temos atualmente e que torna Porto Alegre uma capital privilegiada e referência para outras cidades, para outros estados e países, pelo número de feiras ecológicas de que dispõe, mas principalmente pela qualidade das feiras, que não só abastecem a população com alimentos saudáveis, diversificados e nutritivos, mas também reconhecidas como espaços democráticos de construção coletiva, de trocas de saberes e laboratório de inovações sociais. Portanto, as feiras são muito mais do que espaço de comércio; as feiras são, em nosso entendimento, uma conquista social que faz cumprir com excelência o direito humano à alimentação adequada, promovendo à população alimentos de qualidade, produzidos e comercializados por famílias de agricultores de base ecológica que têm a sua origem em sete regiões do Estado do Rio Grande do Sul: Região Metropolitana, região do litoral, serra, Vale do Taquari, Vale dos Sinos e Vale do Rio Pardo. Portanto, é um espaço de especial interesse público e social que gera segurança alimentar nutricional da população da capital e do seu entorno e é uma fonte de renda essencial para um grande conjunto de famílias de agricultores ecologistas do Estado. Ao longo desses mais de 30 anos de atuação, o poder público agiu de

forma muito tímida para o florescimento das feiras, e muitos desafios foram enfrentados por feirantes e consumidores, entre os quais eu citaria apenas o mais recente, que foi a pandemia da covid-19. Ainda na primeira semana, quando o poder público iniciou a instalação de medidas de segurança, os agricultores e os consumidores das feiras criaram, por iniciativa própria, um grupo de trabalho multidisciplinar, formado por representantes de todas as comissões de feira e várias organizações que atuam de forma colaborativa, formando um plano de contingenciamento de danos relativo ao coronavírus e adotando medidas que foram aplicadas e delineadas garantindo a saúde e a segurança da população e se tornaram uma referência não só para outros espaços de feira e de comércio de alimentos na cidade e no Estado, mas tema de pesquisas internacionais pelo trabalho exemplar que foi realizado. Eu achei relevante citar esse fato, porque ele demonstra não só alta capacidade de resiliência, mas também de criação de estratégias organizacionais, logísticas e técnicas, para se adaptar a situações adversas, preservando as suas atividades e reduzindo o contágio, mantendo a qualidade dos serviços e dos alimentos que oferta. Portanto, senhoras e senhores, essas agricultoras e esses agricultores, esses consumidores e essas consumidoras sabem muito bem se organizar, se gerir, se mobilizar de forma democrática, participativa, inovadora, e devem poder seguir fazendo esse trabalho.

É nesse sentido que vemos, com muita preocupação, a proposta de lei aqui em debate hoje, porque ela não só diz respeito a esse processo e a essa capacidade organizativa, como coloca em risco uma proposta que ignora a realidade vivida nas feiras e a demanda dos atores sociais que compõem esse espaço. Ela também inviabiliza a participação social e a autogestão que é realizada com sucesso em todos esses anos. O projeto de lei em questão é falho e inadequado em diversos pontos, dos quais eu destaco apenas alguns neste momento: o não reconhecimento das comissões de feira; o não reconhecimento do conselho de feira como espaço colegiado de mobilização e cogestão da organização da sociedade civil dos atores que compõem as feiras; um espaço democrático e participativo e que deve continuar sendo o gestor dos editais de abertura e

ampliação das feiras para entrada de novos consumidores ou novos produtos. Nós entendemos a importância de priorização de agricultores do Município, mas lembramos que são apenas 47 famílias, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Eu quero enfatizar principalmente, para encerrar, que o principal é o fato de que essa lei está sendo imposta de forma acelerada, muito problemática, com termos inadequados e amplos, sem ouvir os atores da sociedade civil. Nós acompanhamos diversos encontros propondo essa lei – foram mobilizados pelo conselho, pela sociedade civil, pela CPOrg –, e existe um consenso de que há necessidade de tempo para um debate mais maduro. Também estivemos presentes em encontros com o secretário Cassio, o prefeito... (Problemas técnicos no som.) ...as feiras estão sendo ignoradas.

É nesse sentido que o Consea e outras entidades estão pedindo o arquivamento dessa lei, para que se possa abrir um processo participativo e democrático para que o tema seja discutido com maturidade e com a responsabilidade que o tema merece. Peço, então, responsabilidade e cuidado dos vereadores e das vereadoras desta Casa e que cumpram a sua função, pensando no benefício da sociedade, e que resguardem a qualidade e que preservem as feiras com o sucesso e a excelência que elas têm mantido todos esses anos. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Srta. Potira Preiss. Nós só pedimos a gentileza de as senhoras e os senhores oradores procurarem observar o tempo, porque ele é concedido igualmente a todos. Então, por uma questão de respeito com os demais, pediria para que se pudesse observar, na medida do possível, o tempo. O próximo inscrito é o Ver. Jonas Reis. Pela ordem, estão inscritos ainda, juntamente com as demais participações da comunidade, os vereadores Aldacir Oliboni, Giovani Culau e Coletivo. Registramos a presença do Ver. Robaina, que já está se inscrevendo neste momento, e também a presença do Ver. Tiago Albrecht. Então, por gentileza, Ver. Jonas Reis, V. Exa. está com a palavra por até 5 minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite a todas e todos que nos assistem *online* e também aos que nos assistem presencialmente. Cumprimento ao secretário Cassio, cumprimento aos membros do governo. Colegas vereadoras e vereadores, queria primeiro falar da nossa indignação, secretário Cassio. Diálogo pressupõe sentar, conversar, ouvir e construir coletivamente. Quando o governo senta só para simular diálogo... Nós temos visto isso, e não é de hoje, secretário. Isso já faz 13 anos, em várias áreas. Nós tivemos conselhos destruídos: conselho de habitação, conselho de educação, conselho de saúde. Olha, não vou nem contar, porque vão faltar dedos na minha mão. Eu acho um desrespeito que a construção histórica das feiras seja negligenciada, seja esquecida. É, no mínimo, muito esquisito, mas o tempo dirá; o tempo dirá os motivos e os desejos das pessoas. Mas eu queria aqui dizer que eu não entendi a fala do Sr. Nelson. Não entendi nada do que falou. (Problemas técnicos no som.) ...Outra fala que foi favorável ao governo, ao projeto, foi a do Sr. Ubirajara. Também não entendi. Como que ele entra na feira, participa da feira e diz que a feira não é aberta? Como é que ele conseguiu entrar? Não entendi... (Problemas técnicos no som.) ... Olha, é esquisito. Eu acho que tem gente que caiu de forma teleguiada nesta audiência e não sabe nem o que está fazendo. Nós estamos tratando aqui de autonomia popular, auto-organização dos produtores, dos que comercializam. Nós queremos uma cidade em que todos construam, secretário; e não que o governo de plantão decida quem vai entrar, quem vai sair. Imaginem: regulamentar um decreto? Para que é isso? Querem fazer um balcão de negócios das unidades de feiras? Nós não aceitaremos balcão de negócio. Nós já estamos vendo isso nos empreendimentos imobiliários. Vocês estão destruindo a cidade, o verde da cidade! Qualquer um que seja poderoso e tenha uma grande construtora consegue os seus projetos. Vai liberando, corta tudo. Isso está acontecendo em várias regiões. Agora, tem gente aí que quer fazer algum movimento pequeno e não consegue, porque só os poderosos são recebidos pela Prefeitura. Eu queria dizer que a cidade não vai bem. Se vocês acham que a cidade está indo bem dessa forma, sem democracia, sem participação, sem ouvir as pessoas, sem fazer uma audiência decente,

decente!... Qual é o medo de enfrentar as pessoas, olhar no olho, na Câmara de Vereadores, na Casa do Povo? Agora vai virar moda se esconder atrás de aparelhos de celular. Eu fico indignado com isso. Foi pedido. Se a pessoa não tivesse pedido, governo Melo, audiência presencial ou híbrida, tudo bem; mas elas pediram, e não foram ouvidas. Eu me indigno com a Câmara de Vereadores. Cadê a altivez da Câmara de Vereadores? É a voz de todas e todos. Ou ela foi sequestrada pelo governo Melo? Porque tem base grande, tem aqui mais de 20 vereadores, que não estão na audiência, não estão na audiência, depois vão aparecer nas feiras. Vão aparecer nas feiras, no ano que vem, com santinhos? Essa é uma pergunta. Provavelmente serão bem recebidos.

Mas eu quero dizer o seguinte: nós precisamos, secretário, que este projeto seja retirado, que tenha uma discussão real sobre o processo e que não sejam por decretos todas as regulamentações. Não. Não pode ser assim. A cidade tem que ser aberta, com participação, com cidadania, dizendo para que veio. O povo não veio para obedecer a governos, obedecer ao Poder Executivo; o povo veio para poder decidir e, durante o processo, para também construir. Hoje não tem. Tem uma lei aqui enfiada goela abaixo. As pessoas pediram para interferir, pediram para conversar, pediram para dialogar, e não teve, não teve. (Problemas técnicos no som.) ...ouvirmos as pessoas. Nós recebemos os feirantes aqui nesta Casa várias vezes, vários parlamentares, grupos de parlamentares, e não teve diálogo. Tanto não teve que eles vieram procurar a Câmara, porque o governo não quis diálogo real. Sebastião, sai por aí, com esse seu chapéu de palha, sorrindo; mas por trás, ele tem equipes destruindo direitos, destruindo conquistas, destruindo a história dessa cidade que sempre teve alta organização, participação. As pessoas edificaram esta cidade. Esta cidade não é nossa, não é propriedade de políticos, não é propriedade de governo e muito menos das feiras. Então, eu quero pedir: retirem o projeto. Fica menos feio, porque está sendo antidemocrático... (Problemas técnicos no som.)...O povo está pedindo para retirar. Se o governo Melo é esse governo que diz que mantém o Orçamento Participativo, que diz que é pela democracia... Porque ele diz por aí: “A democracia é um regime difícil, mas é o melhor dos melhores.” Bom, mas não

estou vendo, na prática, o senhor garantir que as pessoas participem; destruí os conselhos e agora quer destruir os conselhos de feiras. Nós não vamos aceitar, nós queremos respeito. Acima de tudo: respeito, governo Melo. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Jonas Reis. A Sra. Cristine Saldanha está com a palavra.

SRA. CRISTINE SALDANHA: Boa noite. Eu vou começar respondendo. O que o Nelson quis dizer: é que naquela época o Conselho quis debater. É uma inverdade dizer que não foram convidados a debater. O Conselho foi o primeiro a receber o projeto de lei, não quis dialogar, pediu seis meses e prazo; foi aberta a discussão com os agricultores aí, pelo Conselho não querer falar, e também dizer que os participantes do Conselho não falassem, porque o Conselho representava o todo. O Conselho ainda não representa o todo, tem muito agricultor que não concorda; e quando é dito, é dito em nome de todos, né?

Vou responder pelo Bira também: ele entrou na feira a muito custo, por competência e porque dividiu banca e acabou ficando na feira.

O vereador falou também do ponto de decidir quem entra e quem sai da feira. Eu acho justo que seja feito por edital, porque, até agora, quem decidia quem entra e quem sai da feira é o Conselho, e para tu entrares em uma feira, terias que produzir qualquer coisa que ninguém lá tivesse. Isso eu não considero justo, não era permitido que as pessoas entrassem na feira. Eu tentei durante dois anos, acabei entrando da mesma forma que o Bira, compartilhando banca. Então eu acho que ser decidido pela comissão de feira quem entra e quem sai, não estava acontecendo de forma justa.

Eu sou a favor do projeto de lei porque ele é pertinente com o momento que a cidade vive de busca por uma produção agroecológica, de defesa da zona rural de Porto Alegre. Sou uma produtora que fiquei por anos tentando ter um espaço de venda, consegui no ano passado, por parceria; e agora no edital que foi lançado, consegui uma banca.

As feiras estavam perdendo bancas e não sendo repostas; isso vinha acontecendo há muito tempo. A feira da Tristeza estava praticamente acabando; agora quando aconteceu o edital, tinha sete bancas na feira. E não acontecia edital. Quando eu fui procurar a feira, foi-me dito que é porque dependia da Prefeitura, dos advogados, enfim. Mas eu estive presente em uma reunião do Conselho de Feira onde foi votado se o Conselho concordava em abrir um edital ou não. Então, ali para mim ficou claro que o Conselho estava decidindo se as coisas aconteciam num espaço público, e não a Prefeitura. Então é por isso que eu sou a favor de que a Prefeitura tenha, sim, autonomia, junto com o Conselho, mas que a Prefeitura decida pelos espaços públicos porque não estava funcionando. Essa é a minha fala.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Cristine. Registramos algumas representações: Alberto Terres, representando a deputada federal Reginete Bispo, e Isabela Fischer, representando a Ver.^a Karen Santos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI: Boa noite, nobre diretor, Luiz Afonso; saudando aqui a Ver.^a Lourdes Sprenger, Presidente dos trabalhos; os colegas vereadores Adeli, Biga, Jonas, Giovani Culau, vários vereadores que estão aqui presentes, saudando a todos e todas, também todos os feirantes que estão aqui, principalmente o Cassio Trogildo, que é secretário de governo. Eu creio que o problemão está colocado, não há consenso na viabilidade de votação do projeto de lei, a não ser que se abra um novo espaço, uma nova janela de diálogo entre o Poder Executivo e os interessados, articulados, e poderia ser consensualizado pela Câmara de Vereadores.

Nós sabemos que o rito de um projeto de lei, quando um ato não é consensuado, tem uma durabilidade bem maior, como aconteceu recentemente quando a CEFOR não deu parecer, foi feito conjuntas e, realmente, foi surpresa até para nós, chegou o projeto, em questão de dias já estava em reunião conjunta das

comissões, e não foi dado parecer por uma das comissões. Essa comissão, a CEFOR, tem que dar parecer ainda, tem prazo regimental para tal, e eu não acredito que neste ano se vote este projeto de lei.

Eu estive numa reunião, juntamente com meus colegas Giovani Culau e Adeli Sell, com o prefeito municipal, há poucos dias, e tratávamos de vários assuntos, principalmente a composição na Câmara, o Plano Diretor, e nós fizemos um apelo ao prefeito para que recebesse o Conselho das Feiras. Ele, inclusive, se indagou ali, com o Cassio, que estava presente, de que não foi consensuado de que ele pudesse receber o Conselho das Feiras. Lamentável, isso. Muito lamentável. Mas na saída da sala, o próprio prefeito disse que não há tempo e que dificilmente votaria este projeto de lei neste ano.

Em função disso e de todas essas contradições, eu queria propor aqui para o Conselho das Feiras que pudesse dirigir duas questões que me parecem fundamentais, Ver.^a Lourdes, que está presidindo aqui: um novo pedido de audiência pública presencial do Conselho das Feiras, para que se tente aí consensuar numa posição, que eu acho que foi o Leonardo que trouxe, no início de audiência pública, quando ele disse que estão se estabelecendo diálogos com os feirantes, reavaliando artigo por artigo no projeto de lei e colocando ali situações de contradição ou contrariedade, para que o governo, nesse processo de diálogo, possa então mandar à Câmara uma mensagem retificativa, ou que os vereadores, consensuados com os vereadores do governo, possam complementar com emendas de vereadores.

Não há como não dizer que a feira é fundamental, é saudável, é algo que nós temos que defender, porque sabemos o quanto tem de agrotóxico na questão alimentar no Estado do Sul, não é só aqui, e o quanto é prazeroso ver aquela fila, aquela multidão nas feiras sem agrotóxicos. Não deve ficar só em sete feiras. Nós estamos com mais de 1.500 milhão habitantes, tem lugar para muito mais de 15 feiras. Nós temos que dobrar o número de feiras, dar assento, certificação àqueles que, de fato, não usam veneno. E esse é um processo, eu diria, inicial, começou há 34 anos, foi falado das feiras aqui, eu acredito que poderíamos ter tido mais feiras. Possivelmente muitos produtores estão reclamando por espaço

para vender o seu produto, porque ali é um meio que sustenta sua família, então nós temos que abrir a janela do diálogo. Mas como nós aqui tencionar, porque, claro, embora me parece que aqui a maior parte das manifestação de vereadores é da oposição, não quer dizer que é contra tudo. Nós queremos, sim, que o governo reconheça que sem a abertura de diálogo, da janela, de propor essas pequenas mudanças que ora estão visíveis aqui – nem todo mundo é contra o projeto... Mas que tem, sim, mudanças, não pode tirar autonomia do Conselho. Eu creio que é uma obviedade, porque ali nas feiras – inclusive eu sou autor de muitas delas, de artesanato, artes plásticas, culinária, antiguidades – tem, sim, fator fundamental constituído pela seleção, por edital, dos novos participantes, ou daqueles que queiram participar. Então, tem, sim, o Conselho, que tem uma certa autonomia com o gestor público, uma parceria que ela tem que existir à medida que também há interesse de criação de novas feiras.

Portanto, deixo aqui o meu recado, sei que tem um movimento muito especial, tanto dos feirantes como do governo. Proponho aqui, então, que se dê esse tempo e que a gente possa dialogar, quem sabe lá, além do GT, criando uma comissão especial para ambos terem a oportunidade de espaço, de diálogo e compreensão. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Álvaro Delatorre está com a palavra.

SR. ÁLVARO DELATORRE: Boa noite a todos e todas. Eu sou cidadão de Porto Alegre, frequentador das feiras e faço parte da OPAC Coceargs – Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – que é uma certificadora da produção orgânica sobretudo nos assentamentos de reforma agrária em torno de Porto Alegre. Agradeço este espaço da democracia participativa, como um espaço legítimo, esperando que a gente possa ter outros momentos como este de preferência presencial, porque é nas emoções que a gente também expressa os nossos sentimentos e as nossas vontades. Para quem não vem do movimento ambientalista, para quem não vem desse movimento que construiu estas sete

feiras, para quem não vem do movimento que construiu, através da participação popular e da luta política, uma lei de certificação da produção orgânica, pode ser que tenha um pouco de dificuldade de entender o quanto é importante a participação popular como processo de construção da agroecologia. A criação desta lei, no estágio que ela está, foi capitaneada sim, e ela é fruto deste movimento histórico de conquista da sociedade, dos agricultores que fazem da agroecologia, da produção ecológica, biodinâmica e das diferentes facetas como modo de vida. Ela é fruto de uma conquista cidadã e ela é fruto dos movimentos sociais que construíram este processo que nos trouxe até agora. Esta lei que está em discussão precisa ser reconhecida por todos e todas como um processo histórico de luta dos movimentos ambientalista de todos aqueles que pregam uma agricultura diferente. Quando um cliente, um cidadão, chega no espaço da feira, ele reconhece nesse espaço da feira que aquele alimento tem um valor de uso, são as características, as atribuições biológicas, sociais, culturais, o alto valor nutricional que cativam essas pessoas a frequentar essas feiras. A agroecologia, a produção ecológica, a agricultura biodinâmica e de todas as outras escolas que dialogam com uma agricultura voltada para vida, ela ganha lastro mais importante a partir da sociabilidade, da cooperação, do compromisso coletivo. A garantia da efetiva participação da família de modo que a sucessão já está garantida, é automática. Ela ganha relevância porque ela projeta novas relações sociais com a cidade, com os consumidores, e ela garante, sobretudo, a renda das famílias, e isso também é importante. Diante dessas premissas que as feiras são uma conquista das entidades, dos movimentos, da cidade, as feiras são conquistas da cidade, todas as feiras foram fruto de abaixo-assinados feito pelos bairros. Essa conquista se materializa na organização, é um sentimento de pertencimento a esses espaços. As comissões de feira e o conselho de feira precisam ser aperfeiçoada a participação? Claro que precisa, como todos os espaços coletivos precisam ter aperfeiçoada a participação, porque a participação é um processo de aprendizagem. A gente está muito acostumado a delegar poder para vereador, para prefeito, para padre; aqui os sujeitos que fazem a feira reivindicam a sua condição de construtores de uma lei que

reconheça esses espaços como espaços legítimos de participação popular. O que nós estamos apelando aos vereadores é que reconheçam esse processo histórico, reconheçam que a participação é um processo de conquista social e que reconheçam a necessidade que a gente tem de aperfeiçoar a lei, e aperfeiçoar a lei na perspectiva de aperfeiçoar a participação. Esta lei vai ser reconhecida nacional e internacionalmente não simplesmente porque ela regulamenta a feira orgânica, ela será reconhecida exatamente, e o diferencial vai estar na participação popular. Portanto nós reivindicamos mais espaço para discussão da lei porque, do jeito que ela foi apresentada, ela não representa esse processo histórico construído da participação efetiva das pessoas. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa noite a todos, a todas, a todes. Aos que ainda não conheço, sou porta voz do primeiro mandato coletivo aqui desta Câmara Municipal e eu gostaria de começar produzindo e provocando talvez uma reflexão em particular com os meus colegas vereadores, sejam os presentes aqui na Câmara, os que participam virtualmente, mas de forma bastante profunda e fraterna com a representação do governo. Nós passamos por sucessivas audiências públicas esvaziadas ao longo dos últimos meses e nós estamos, hoje, diante de uma audiência com dezenas e dezenas de pessoas que participam virtualmente e, apesar de todos os obstáculos construídos, com uma sala na Câmara de Vereadores lotada. (Palmas.) Isso deve gerar aos vereadores e às vereadoras, ao governo – Ver.^a Lourdes, que conduz esta audiência – sensibilidade. Esse símbolo precisa gerar em cada um de nós, em cada uma de nós, reflexão, porque isso só acontece no dia de hoje como consequência de mais de 30 anos de história, como foi dito aqui. Mais de 30 anos de história vinculada à agroecologia, à ideia de que é possível construir uma alimentação saudável, de que é possível ter uma relação de outro tipo entre

produtores e consumidores, e tudo isso é o que faz das feiras de Porto Alegre um patrimônio. Um patrimônio que, por isso tudo que tem sido dito aqui, já é razão de merecer a nossa valorização. Eu gostaria de chamar atenção que os últimos episódios que nós todos e todas vivemos são um motivo para nós valorizarmos ainda mais o patrimônio que são as feiras. E eu estou me referindo aqui – Ver. Robaina, estou te vendo na tela – à pandemia, às mudanças climáticas que nós, na nossa cidade, sofremos tanto ao longo deste ano. Isso são razões que fazem com que tudo aquilo que as feiras em Porto Alegre simbolizam justifiquem a necessidade de nós valorizarmos esse patrimônio que temos. E eu digo tudo isso, porque eu sempre produzo uma escuta sincera e eu percebo que nós temos aqui entre nós um consenso de que é preciso, sim, a produção de uma lei, mas o que não há é um consenso de que a lei é para ser votada. E estão ditas aqui as razões pelas quais não está maduro, existe insegurança; eu acredito que é possível gerar segurança para os feirantes e para as feirantes. Não há segurança, porque se tem uma ameaça à autonomia, e como resolver o problema da autonomia? Precisa-se respeitar as comissões de feiras, precisa-se respeitar o conselho. (Palmas.) É preciso assegurar o caráter participativo e popular, é preciso impedir as decisões verticalizadas, é preciso evitar os atravessadores. E todos esses elementos que são trazidos no debate dizem respeito a algo que eu entendo, Cassio, que nós podemos sintetizar como o desafio que nós temos de não descaracterizar as feiras de Porto Alegre. (Problemas técnicos no som.) ...dentro de um debate mais geral que nós fazemos na cidade, porque, infelizmente, há um movimento de descaracterização de Porto Alegre, em especial, pelas pressões do setor imobiliário desta cidade. Eu acredito que há, sim, espaço para que nós possamos cuidar mais e melhor das nossas feiras.

E eu quero encerrar, Luiz Afonso, todo mundo que está participando, quem é a favor e quem é contra, sabe que o governo tem maioria na Câmara Municipal, mas o que deve prevalecer no Executivo, neste momento, com sensibilidade, é que me parece que não há maioria entre os feirantes, não há maioria entre os consumidores, e são essas as vozes que precisam ser ouvidas. Por isso reafirmo

aqui (Palmas.) que é necessário dar mais tempo para o debate, construir uma nova audiência pública presencial e não desistir dos nossos esforços de aprovarmos, por unanimidade, aqui nesta Casa. Eu acho que é essa a vitória que o Executivo deve pretender, e só será feito, por unanimidade, nesta Casa, se for respeitada a história de mais de 30 anos das feiras em Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Giovanni Culau. A próxima inscrita é a Sra. Silvana Bohrer.

SRA. SILVANA BEATRIZ BOHRER: É bem difícil começar a falar agora. Eu sou Silvana Bohrer, eu sou agricultora e processadora de Porto Alegre. Eu sou feirante de várias feiras e eu faço feira há mais de 20 anos. Vou começar comentando o que o Nelson falou no início, eu acho que a gente está desconsiderando... Foi falado que a lei não nos contempla, que não sei o que, mas a maioria, a gente... Essa lei está em cima, foi feita muito em cima de uma resolução que foi construída por vários feirantes, não só feirantes, mas a Emater, a Prefeitura. E, agora, foram feitas algumas reuniões, que muitos não participaram, porque foi definido. É difícil, eu estou falando assim, mas eu vi tanta batida em cima dos agricultores de Porto Alegre ou das pessoas que são a favor da lei que parece que está tudo errado. Não está tudo errado. Foram ouvidas muitas pessoas. Dentro das feiras, em momento algum, foi comentado que não vai mais ter participação de comissão de feira, que não vai ter a função mais do conselho de feira. Todas as decisões, em princípio, vão sair de um coletivo, de um grupo de discussão. A Prefeitura...: “Ah, tem coisas na lei. Ah, na regulamentação da lei, vão colocar coisas que não estão previstas.” Eu acho que não, eu participo de uma certificadora participativa, e a gente trabalha, a gente vive com a questão de confiar nos outros. Então, assim, de pensar que tem má-fé na hora de fazer a lei e, depois, na hora de regulamentar essa lei, tu vais mudar as coisas, eu acho que não é por aí. As feiras... Em momento algum está se falando que vai se tirar um direito que nós tivemos. Como agricultores de

Porto Alegre, nós tivemos muitas dificuldades para entrar nas feiras. Eu acho que as falas da Cristine e do Bira não foram muito felizes, porque eles não conseguiram se expressar direito. Eu comecei a fazer feira em 2001... em 1999, nós começamos a fazer numa feirinha menor que era da Tristeza; depois, nós fomos conseguindo espaço via associação. Ser agricultor de Porto Alegre e conseguir entrar nas feiras era muito difícil, então, quando se faz uma resolução e uma lei que nos beneficia no primeiro momento... E não vamos tirar espaço de ninguém, ninguém quer tirar espaço do pessoal da serra e nem do litoral. Nós somos 10% dos feirantes da cidade, sabemos a importância dos agricultores que vêm do interior e o esforço que eles vêm para fazer as feiras, as distâncias que eles percorrem. Então, pensando numa cidade mais resiliente, com uma preservação do meio ambiente, a gente precisa de agricultura em Porto Alegre. Se não tiver um espaço para esses agricultores venderem seus produtos... Tem que ter estímulo da Prefeitura e tem que ter fomento, e, até agora, nós não tínhamos isso. A gente tinha uma secretaria de agricultura, que nunca teve secretaria de agricultura nos últimos – sei lá – 50 anos, mas, nós tínhamos uma produção vinculada à questão da indústria e comércio. Hoje, temos uma secretaria que fala de produção, então, estamos querendo regularizar essa lei, e é uma discussão do grupo todo de feirantes. Isso não vem de agora; vem lá de 2010, quando se pensou uma vez em fazer uma feira. Dependendo de quem está na Prefeitura, até se comentou de fazer uma feira mista, botar orgânico com não orgânico, porque não tinha legislação de orgânicos em vigor ainda. Mas então a gente tem um grupo de trabalho feito em 2012, antes disso, e que sai uma lei – não chega a ser lei –, uma resolução que contempla várias coisas e que está na lei agora, e que o grupo que está aí discutindo, falando mal, tem alguns vereadores que não sabem o que estão falando, desculpe. É uma coisa muito delicada, tem um monte de amigos meus e conhecidos, que me conhecem de muito tempo, e que ficam falando assim de um jeito como se a gente estivesse fazendo tudo errado. E tem muitos agricultores que estão na feira e que não conseguem falar, porque a maioria, quando tem um conselho, o conselho fala pelo grupo, só que nem todo mundo foi ouvido. Eu ouvi o Cassio falar duas

vezes, três vezes, quatro vezes já. Para formar a minha opinião, eu tenho que ouvir os dois lados. Eu acho que quem não concorda com a lei e quem está propondo a lei... Nós conseguimos mudar várias coisas desde as primeiras reuniões, fomos extremamente criticados porque ouvimos o Cassio falar. Então é muito difícil essa fala, porque está todo mundo nos apedrejando porque a gente está aceitando a lei que acha que é bom. Eu acho que ela está indo para a Câmara de Vereadores agora e não foi do nada, ela não chegou lá do nada, ela está sendo discutida desde março. Então está sendo discutida desde março e ela chegou agora. “Ah, mas o conselho pediu tempo para discutir e daí ele propôs umas coisas e não foi considerado...”. Bom a gente mudou, foi mudado um monte de coisa e a gente se sentiu contemplado nas coisas que foram colocadas, nos explicaram as coisas que nós tínhamos dúvidas. Quem foi conversar e escutar a secretaria que estava propondo a lei... Então, eu acho que só criticar sem saber bem o que está acontecendo é difícil, eu acho que é doloroso, e a gente está sendo apedrejado, quem está aceitando a lei do jeito que está, e os feirantes estão sendo discriminados. A gente tem interesse de manter a cidade com produção, a gente quer participar das feiras e a gente quer que os agricultores do interior venham, e essas mentiras que tão sendo faladas, como foram colocadas ali, ninguém vai sair da feira. Quem faz feira já há muitos anos não vai sair, tem certificação, tem público. A gente tem produtos em Porto Alegre muito limitados, a gente não tem muita produção, mas a gente quer ter espaço, quer ter prioridade nos espaços que estão sendo vagos, a gente quer ter uma cidade que tenha uma produção no entorno e possa ser aproveitada. E a qualidade de vida das pessoas que moram no meio urbano depende das pessoas que moram no meio rural. Então, a produção de Porto Alegre é muito importante, e eu acho que os agricultores de Porto Alegre, a grande maioria dos agricultores de Porto Alegre são a favor da lei não do jeito que ela está, porque a gente pode melhorar, e eu acho que a Câmara de Vereadores é para isso, é para fazer as discussões agora. A minha fala é essa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa noite a todos e todas, como todos sabem, quem acompanha a Câmara, eu tenho um nível de enfrentamento, ultimamente o meu enfrentamento com o governo Melo ganhou uma intensidade maior do que a média dos últimos meses, dos últimos anos, por conta da CPI da educação, um nível de enfrentamento que fez com que eu não tenha mais um diálogo mais direto com o prefeito já há algumas semanas, alguns poucos meses. É um enfrentamento que tem sido muito duro. Eu estou dizendo isso porque existe um movimento pela retirada do projeto, existe uma relação de forças determinada na Câmara dos Vereadores. O Ver. Culau se referiu a isso, em que o governo tem uma maioria, o que não quer dizer que sempre tem a maioria, mas existe uma maioria, não sei se nesse projeto, imagino que também, por enquanto, sim. Ao mesmo tempo eu falei da minha trajetória, de um enfrentamento que tem sido muito duro com o governo, mas também eu sei que, em alguns momentos, algum espaço de negociação se teve. Ver.^a Lourdes, eu tive uma lei aprovada, uma lei municipal dos migrantes apátridas, que foi uma lei aprovada e que não teria sido aprovada se o governo não tivesse aprovado. Foi uma negociação demorada, mas eu consegui aprovar o projeto de lei municipal, e foi a partir de uma negociação. Estou dizendo isso porque nós aqui estamos numa audiência, eu não sou especialista nesse assunto, a Silvana Beatriz estava se referindo a isso, eu não sou. A maioria dos vereadores não é, não sei se a Lourdes é especialista nesse assunto, por exemplo, mas a maioria dos vereadores não é. Então, neste caso, os vereadores ou vão ser bem informados, porque a formação da votação na Câmara, o resultado da votação não é necessariamente produto do esclarecimento, é produto de uma relação de força já dada de apoio ou não ao governo, e, às vezes, o esclarecimento resolve, às vezes, o esclarecimento ajuda, às vezes, o esclarecimento faz com que haja mudanças. Então, há toda uma busca por esclarecer, eu acho que a audiência pública faz ter esse sentido, mas o que os feirantes também vão ter que pensar

é se vamos buscar alguma negociação ou não. Isso é uma busca, e o governo tem que responder a isso também. Às vezes, eu não vi interesse do governo de negociar, mas, em algumas oportunidades, eu vi – não foram muitas, eu sou obrigado a dizer –, e eu não estou aqui fazendo discurso político no sentido de discurso para a plateia, para ser bem franco. Eu estou tentando ver, a partir dessa reunião, que é uma reunião muito representativa, se pode ou não dar um passo para tentar negociar algo, se tem espaço para isso ou não. Estou falando isso porque eu entrei nesse assunto a partir do trabalho muito militante e combativo da Eliete, por um lado, e das companheiras que trabalham junto com ela, e depois uma assessora minha, a Cláudia Favaro, que é muito competente, fez uma reunião com o Álvaro Delatorre, que é um camarada que representou, nesta reunião, Álvaro, pode me corrigir se eu estiver errado, 15 produtores do MST; e o Álvaro falou sobre a necessidade de aperfeiçoar a lei. São opções que podem ser feitas, se é a linha de rejeição, a linha de aperfeiçoar e se tem espaço para o que o governo diz. Por que estou falando isso? A Cláudia, depois dessa reunião com o MST, colocou essa necessidade, quem sabe, de discutir um pouco mais, de aperfeiçoar. Eu comentei com a Eliete também, que eu encontrei o secretário Cassio, porque nessas reuniões *online* é muito difícil de dialogar, porque a gente não vê as pessoas. Mas eu encontrei, na Câmara, o secretário Cassio, por sinal, numa homenagem ao diretor Luiz Afonso, que hoje tem uma matéria de página inteira no Correio do Povo, uma matéria muito merecida, homenageando o diretor Luiz Afonso, que está ajudando a coordenar a reunião, junto com a Ver.^a Lourdes. Eu encontrei o Cassio nessa oportunidade, e, antes de encontrar o Cassio pessoalmente, a Cláudia Favaro, que é minha assessora, encontrou dois assessores do Cassio, que são muito competentes, que trabalham na Câmara e estão trabalhando na questão das emendas, e que me disseram algo, não sei se o Cassio confirma, mas que me disseram que o interesse do governo era aprovar, era ter uma ampla... Na verdade, eles me falaram em unanimidade. Obviamente, que eles não falaram em nome do Cassio, porque são assessores competentes. Eu acho que, tem aquela velha história, não é bom mexer em time que está ganhando ou, pelo menos, não é

bom desarrumar a casa, e as feiras são um sucesso. Se as feiras são um sucesso e se pode melhorar, bem, então, vale a pena apostar num processo que pode ser mais demorado, mas que seja de diálogo verdadeiro, essa é a impressão que eu tenho. Não sei se é compatível, não sei, realmente, não sei, porque eu vejo que a preocupação dos feirantes, e é uma preocupação de essência, é que os próprios feirantes mantenham um autocontrole do processo. Se o governo não quer garantir isso, isso pode ser uma contradição insolúvel. Nós temos que, digamos, discutir, eu devo estar concluindo o meu tempo, Luiz Afonso, pode me interromper, se for o caso, para não passar de cinco minutos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Já seria o caso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Então eu vou parar, porque eu não tenho controle do tempo aqui. Eu encerro insistindo nessa hipótese, para ver se a hipótese de dialogar, implica o governo não querer atropelar, porque, se quiser atropelar, aí vai ser uma luta política, e o plenário é que vai decidir. Era isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver. Robaina. Só para marcarmos as últimas inscrições: o próximo inscrito é o Sr. Heverton Lacerda, depois o Ver. Aírto Ferronato já está inscrito; depois o Sr. Eduardo Gigante. O Sr. Everton Lacerda está com a palavra.

SRA. SOFIA CAVEDON: Luiz Afonso, gostaria de me inscrever, eu acho que você não registrou a minha presença.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É, na verdade, quem decide é a presidente dos trabalhos. A audiência, em princípio, é destinada à fala da comunidade, mas a vereadora...

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Diretor, já deu as 10 inscrições iniciais?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, ainda não, vereadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para confirmar que a deputada Sofia Cavedon está ao meu lado e ela se inscreveu, por gentileza.

SR. HEVERTON LACERDA: Eu vou fazer aqui, pessoal, uma fala. Sou presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, e a ideia da minha fala é a gente lembrar que todo esse movimento que se realiza através da construção das feiras ecológicas, ele vem lá dos anos de 1970. Inclusive, eu queria aproveitar o espaço para agradecer à Ver.^a Lourdes, que fez a homenagem a Agapan, aos 50 anos da Agapan, há dois anos. Vereadora, mais uma vez, a gente nunca cansa de lhe agradecer por essa homenagem nesta importante Casa. No seu nome, eu cumprimento todos os vereadores que estão nesta audiência pública, em especial, os vereadores que tiveram a paciência e o carinho de estarem no presencial aqui: a Ver.^a Biga Pereira, o Ver. Giovani e o Ver. Jonas. Muito obrigado pela participação, porque é importante a gente estar aqui, no presencial, nesta Casa. Também quero registrar que lamento que a gente não tenha tido os mesmos 10 minutos para que o Conselho de Feiras pudesse falar, como teve o secretário aqui no início. Então, a gente está prejudicado em relação ao tempo.

Lembrando que, se o movimento ecológico do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre é referência mundial, assim o são também as feiras ecológicas, e as feiras ecológicas são frutos desse movimento. Elas surgem lá com outras entidades junto com a Agapan, a própria Coolmeia teve sala junto com a Agapan por um determinado tempo, outras entidades, como a Grande Fraternidade Universal, consumidores que as feiras e os feirantes e, principalmente, os produtores, como eles chamam... O termo correto, gente, não é feirante, são produtores. Esse é um termo que da lei também não está bom... não são feirantes, são os produtores, e os consumidores são os parceiros urbanos, é assim que são

chamados pelos produtores, porque as feiras são feitas por parceiros urbanos e por produtores. Aqui nesta sala, nós temos produtores e temos parceiros urbanos defendendo essa feira que foi criada por nós, que foi criada por quem se movimentou e achou que era importante que as nossas cidades tivessem acesso a alimentos produzidos sem venenos e com todo o respeito das relações ecológicas que são necessárias na nossa vivência. Uma das coisas que esta lei não reconhece, e ela é muito falha, ela confunde muito o que é orgânico com o que é ecológico. Se nós queremos uma feira, uma regra, uma lei para as feiras ecológicas, nós temos que determinar bem e falar sobre o que são, o que é ecologia, essa questão das relações humanas nas relações das vidas com todas as espécies, com todos os... (Ininteligível.). Nesse sentido, a gente já acha que a lei precisa ser melhorada. Sim, as feiras querem e precisam, a população precisa de lei, uma lei que regule as feiras, mas uma boa lei. Essa lei tem tudo para crescer, desenvolver e se tornar uma boa lei. Só precisa de um pouquinho mais de democracia, um pouquinho mais de debate, um pouquinho mais de paciência, é isso que a gente pede para o governo municipal. Quero lembrar também que as feiras, quando foram criadas, foi exatamente por uma iniciativa de pessoas que se reuniram e, através da sua gestão desde o início, fizeram as feiras funcionar. Pediram para a Prefeitura o espaço da rua, é isso que a Prefeitura tem que dar: o espaço das ruas, ceder o espaço público para que as feiras possam se instalar. Muito obrigado, é só isso, Prefeitura. As lonas quem coloca são os produtores, a luz elétrica que é usada lá são os produtores que pagam, o alimento que é plantado e que é trazido para cá, também é tudo pelos produtores, os produtores fazem tudo, os produtores, com o apoio dos consumidores, a gente faz tudo, a Prefeitura só precisa ceder a rua.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Heverton. O próximo inscrito é o Ver. Airto Ferronato.

VEREADORA AIRTO FERRONATO (PSB): Nós ouvimos agora a exposição do amigo Heverton, que, na verdade, foi uma aula que ele nos deu em poucos

minutos. Mas eu quero saudar a nossa presidente Lourdes, o secretário Cassio, amigo e sempre vereador, os vereadores presentes, o Luiz e todos os que estão conosco nesta noite. Na semana passada, foi inaugurada, tivemos a primeira feira da agricultura familiar aqui em Porto Alegre, que foi uma proposta minha, que foi apresentada, foi uma lei e foi um sucesso total. Porto Alegre gosta e participa bastante dessas nossas feiras. E até ouvi e li, nesta semana, de que, na verdade, há uma disposição de aumentar o número de participantes na feira da agricultura familiar, e repito: foi um sucesso. Nos primeiros anos de 1990, eu já era vereador e apresentei uma proposta de constituição de espaço, reserva de espaço para que agricultores de Porto Alegre pudessem expor os seus produtos.

E aqui analisando e ouvindo atentamente a todos, estou desde às 19h aqui, eu me filio à posição de que há consenso, sim, com relação às posições dos vereadores. E há uma dificuldade de consenso com relação aos nossos produtores na questão de uma proposta de lei, e nós, da Câmara, vamos aprovar projeto de lei nesse sentido. Agora, eu me filio à questão inicial falada pelo Ver. Adeli Sell e outros vereadores, de que, na verdade, precisamos de bom senso, que não há pressa na aprovação da lei, que precisa, sim, ser aprovada, mas que nós podemos consensuar uma proposta de lei que tenha a aprovação de todos os nossos expositores. Na verdade, são os nossos produtores que apresentam e expõem seu produto, e há esse espaço belíssimo dessas feiras na cidade de Porto Alegre. Sem críticas, eu quero me filiar à posição de que é preciso discutir mais, não na pressa, ou há uma relativa pressa. Nós precisamos discutir na Câmara, com o Executivo, com os expositores, os nossos produtores rurais, e com os consumidores. Eu tenho a certeza de que haverá, e dessa discussão toda – a partir inclusive de outros debates que já aconteceram, mas especialmente esta nossa audiência pública – vamos chegar a um denominador comum que seja positivo para toda essa cadeia. Portanto, há espaço, sim, amigo Cassio, para uma continuidade de mais algumas rodadas de conversa e buscarmos o consenso dentre todos. Eu estou junto apoiando os nossos feirantes, nossos produtores, e acredito que essas feiras que nós temos aqui

merecem o nosso aplauso, a nossa consideração. Precisamos, sim, aprovar um projeto que tenha e que nos dê a segurança de que estamos aprovando o melhor para a cidade de Porto Alegre.

Portanto quero trazer aqui um abraço a todos, propondo, para finalizar, aquilo que já propus: um espaço maior de debate e uma construção coletiva. Aquele abraço, obrigado pela atenção de todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Ferronato. Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes, houve um pequeno equívoco da parte da nossa operação aqui, e a fala do Sr. Heverton Lacerda foi interrompida um pouco antes do final do tempo. Eu sugeriria que se concedesse mais um minuto para ele poder completar sua fala, de forma a reparar aí o nosso equívoco, pelo qual pedimos desculpa.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, pode conceder, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Por gentileza, Sr. Heverton.

SR. HEVERTON LACERDA: Estou tentando explicar aqui que do jeito que já está sendo encaminhado pelo poder municipal, as feiras, sim, já estão sendo tolhidas na sua autogestão. Produtores e consumidores estão sendo processados. Hoje, nós tivemos na frente da juíza para tentar... É exatamente, estamos sendo processados e cobrado R\$ 800,00 de cada um, mais de 10 pessoas, em função de uma forma como a Prefeitura está encaminhando esse processo, e o seu Nelson sabe muito bem o que está acontecendo, porque ele foi expulso da FAE. (Palmas.) Ele não respeita a autogestão! Assim como alguns produtores foram aceitos pelas feiras, com o aval das comissões de feira, são essas mesmas comissões que organizam as feiras. Se a gente vai fazer uma tenda de bambu, se vai ser de ferro, se vai para cá, se vai para lá, qual produto

precisa mais para funcionar; assim como faz um supermercado, que sabe quais os produtos vai colocar; assim como quando a Prefeitura dá permissão para alguém montar um *show* em Porto Alegre, quem sabe onde vai ser colocada as caixas de som, a bateria, onde vai ficar cada músico são os organizadores do evento. Então, nas feiras, a Prefeitura também não pode querer interferir e fazer uma intervenção como já está querendo. E a proposta de lei, os 5% que o secretário diz que divergem do conselho de feira, são exatamente esses 5% que estão atrapalhando de avançar. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Heverton. Ver.^a Lourdes, há um pedido da deputada Sofia Cavedon para fazer uma fala, isso fica submetido à sua consideração.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Será um prazer ouvir a Sofia Cavedon, são cinco minutos, deputada.

SRA. SOFIA CAVEDON: Primeiro, parabéns pela belíssima mobilização dos feirantes, das feirantes, que emociona, me emociona muito. (Palmas.)

Quero dizer, Ver.^a Lourdes, te cumprimentando, cumprimentando o Ver. Jonas, a Ver.^a Biga Pereira, o Ver. Giovane Byl, que está aqui, o Ver. Ferronato, o Ver. Giovani Culau, que a inconformidade, secretário Cassio Trogildo, com uma audiência pública meramente virtual, é com esse diálogo truncado, esse diálogo de não escuta, esse diálogo de não encaminhamento, de não disposição de fazer encaminhamento acordado, consensuado. É inaceitável. É inaceitável diante dessa história – o governo tem encaminhado à Câmara Municipal –, dessa história linda de construção das feiras, que é uma história de sacrifício. Nós temos que lembrar que os feirantes e as feirantes madrugam para estar com o alimento fresquinho nas ruas da nossa capital, oferecendo aos consumidores e às consumidoras, que o Heverton aqui chama – cumprimento o Heverton na sua pessoa e a todas as entidades – de parceiros urbanos, e eu me considero uma consumidora parceira urbana, privilegiada de poder comer um alimento com

essa pureza, com essa identidade com o que a gente sonha: uma vida sem veneno, uma vida saudável. Essa indignação de não conformidade com o virtual é a indignação de não conformidade com esse não diálogo. O esforço que o Conselho de Feiras fez, exaustivo... (Palmas.) E é muito ruim que o governo questione o Conselho de Feiras e trabalhe na divisão dos feirantes e das feirantes. (Palmas.) Isso é um papel patético! Um papel absurdo de quem deveria governar a cidade para a harmonia e para a construção de consensos progressivos. Vejo o governo tentando dividir, o secretário Cassio dizendo que ia para cada comissão de feira, que ele tinha direito de conversar com quem quisesse, que ele chamou a reunião em separado, em vez de reconhecer um conselho que é um enorme esforço de todos os feirantes e as feirantes se comprometerem com regras, com critérios de qualidade, com processos, para não perderem assim a identidade e o respeito que a cidade e o Estado têm pelas feiras orgânicas e pelo reconhecimento que elas têm. Nós vimos esse respeito, esse reconhecimento na beleza do trabalho durante a pandemia. Foi um exemplo para Deus e o mundo o que a feira ecológica do Bom Fim e as outras feiras fizeram, garantindo o distanciamento, garantindo o atendimento, buscando e lutando para serem reconhecidos, quando supermercados vendiam produtos e as feiras não podiam funcionar. Vocês provaram quão ótima é essa autogestão, que é uma gestão em cima do diálogo. (Palmas.) Em cima da ecologia, a ecologia da ação, Abigail, a ecologia da ação, quer dizer a exaustão do diálogo, é a vivência do diferente. Eu vejo que vocês fazem esse grande esforço. Então, quem aposta nessa divisão, aposta na segregação, na desagregação social, na guerra, no individualismo e não é esse o espírito das feiras ecológicas. (Palmas.) Nós fomos ao prefeito de Porto Alegre, nós fizemos uma intermediação com o prefeito para ver que tinha essa incapacidade da secretaria de enxergar a riqueza desse processo, de não atrapalhar, mas de consagrar numa lei essa história linda, que deu certo. E o prefeito perguntou para nós: “Na verdade, o problema de vocês é que vocês querem colocar quem vocês querem, é indicar os que vocês querem?”. Aí os feirantes foram claros em dizer que não, nós somos a favor de edital público, de regras públicas, mas com critérios. Agora eu

olho a lei e imagino que deva ter uma intencionalidade da secretaria, do prefeito, o porquê que essa lei é tão contraditória, pois essa lei chega a um lugar e coloca assim: “Fica garantida a autogestão...” Fica garantida a autogestão. Aí tu vais lá para um outro artigo e olha: “Serão convidados feirantes, produtores, processadores que não fazem parte da feira e que requerem uma autorização especial do Executivo, consultada a comissão de feira...” Vai consultar, não vai ser deliberativo. Então, o que quer o governo municipal? Essa é a pergunta que o prefeito fez para nós, e que os feirantes e as feirantes responderam com tranquilidade, com transparência. Eu pergunto ao secretário Cassio: E a Prefeitura? Qual é o problema com o funcionamento, hoje, dos feirantes, das feiras, com a sua autogestão, com o seu diálogo permanente? E o que está embutido nesse projeto de lei? Aí eu pergunto, e eu peço aqui à Câmara Municipal, na disposição que ouvi de vários vereadores, que seja um espaço de construção do consenso, de respeito com essa história. Eu não consigo acreditar que nós estejamos penalizando os agricultores e as agricultoras, como o Heverton declarou aqui. Eu não consigo acreditar que isso esteja acontecendo, porque nós sabemos que feira ecológica é resistência, é resistência. Plantem, experimentem plantar em casa, para ver o custo disso. Me contava o nosso amigo, professor José Clóvis, que tem um sítio lá em São Sebastião do Caí, que é um sitiozinho dele, que é professor já idoso, e ele me disse assim: “Sofia, tu não tens ideia do que eu gasto para ter essas alfaces, do que eu gasto para ter esses aipins. Se eu não plantasse nada e fosse à feira, eu tinha para dar e vender, eu compro direto...” Então, a gente não tem ideia do que é um produto, do preço, do custo de vida do produto, como aquele que é ofertado para nós. Então, o governo não deveria atrapalhar; devia se somar, devia aprender com essa história toda, ser humilde... (Palmas.) Ser humilde o suficiente para dizer: “Olha, quero aprender com vocês, vamos consagrar essa história, quem sabe aqui, quem sabe lá...” Então, assim, eu faço esse apelo, e agradeço a palavra aqui, eu estava num outro compromisso, aliás dois já hoje de noite, mas quis muito vir aqui, porque eu tenho certeza que a sabedoria desta câmara, que sempre foi horizontal, que foi permeável, pode superar as dificuldades que os

nossos feirantes, as nossas feirantes e o conselho de feira, sim, que é o órgão representativo, encontrou até aqui. Vamos tentar superar nesse momento do Legislativo. Essa é a nossa aposta. Espero que essa audiência encaminhe isso. Muito obrigada. Vamos à luta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Dep. Sofia Cavedon. O último inscrito da noite é o Sr. Eduardo Gigante, que está com a palavra por até 5 minutos. Depois ouviremos o secretário Cassio Trogildo para as suas considerações finais por parte da autoria do projeto. O Sr. Eduardo pode abrir o seu microfone, por favor.

SR. EDUARDO GIGANTE: Boa noite a todos, eu queria saudar os vereadores, queria saudar os produtores que estão participando, principalmente os produtores que estão nessa sala aí, que se mobilizaram e merecem o nosso respeito. Eu venho aqui defender, sim, o PLE nº 037/23 por dois pontos fundamentais: o primeiro é que a Prefeitura, por meio do secretário Cassio Trogildo, conduziu o processo desde a primeira redação até a última, pois foram várias redações desse projeto, de forma democrática. Foram oito meses em que o secretário procurou, sim, os feirantes, procurou dialogar. Os nossos associados, a nossa certificadora, a nossa OPAC Rama recebeu o secretário em duas oportunidades, em duas reuniões, e permitiu que ele discutisse, artigo por artigo, todo o projeto. E os nossos associados contribuíram em todos os artigos; tiveram essa oportunidade. Isso, no meu entendimento, é uma construção democrática, certo? O que me faz também concordar com o PLE são pontos que esse projeto contempla, que é a sucessão familiar – e o conselho de feira briga por isso e conseguiu –, afastamento por motivo de saúde, garantia de continuidade dos feirantes que hoje já têm alvará vigente, chamamento público com ordem de preferência, manutenção da participação do comerciante para produtos faltantes da feira. Isso é o que nós conhecemos como os bolichos. Isso já existe e isso já está funcionando. Eu não sei o porquê da contrariedade desse

ponto. E, por fim, a autogestão, que está lá também, está no projeto do secretário.

Eu queria comentar algumas coisas com vocês e agora até vou me dirigir ao Ver. Jonas Reis. Vereador, a zona rural de Porto Alegre nunca recebeu um olhar tão cuidadoso como o que está recebendo com essa administração pública. Tanto o prefeito Melo como o secretário têm uma preocupação em desenvolver a zona rural, inclusive tornando uma zona livre de agrotóxico. Para quem é produtor rural de Porto Alegre, isso é importantíssimo; isso tem que ser valorizado na gestão pública. Eu vi vários vereadores apontando só pontos negativos da administração, mas isso são pontos que são extremamente irrelevantes principalmente para quem produz. Os produtores hoje têm portas abertas para dialogar com a Prefeitura. Eles são atendidos nas suas demandas, desde a dificuldade que nós tivemos com a estiagem – e todos nós passamos, não só Porto Alegre, mas o Estado inteiro –, até a busca de soluções para escoar a produção desse pessoal daqui de Porto Alegre. Então, Ver. Jonas Reis, tem sim pontos importantes na administração, principalmente falando no meu olhar de produtor rural.

Eu queria falar que eu tenho um respeito enorme pelo Conselho de Feiras, conheço todas as pessoas que estão lá e participei, junto com elas, de algumas reuniões, até que alguns fatos me retiraram de lá. Eu vou abrir para vocês que são as questões divulgadas com inverdades. Por exemplo, foi feito um abaixo-assinado para as feiras ecológicas não terminarem. Se tanto o conselho, como a Prefeitura estão construindo uma lei, e essa lei é para regulamentar as feiras ecológicas, é óbvio que a feira não vai terminar. Nós, produtores, sabemos que não vai terminar, só que isso passa para o consumidor de uma forma horrível, e não é preciso fazer isso, não é preciso. Vocês têm muito mais capacidade do que isso. “Essa lei vai excluir todos os produtores que não são de Porto Alegre” não é verdade, gente. Não existe feira sem produtor de Porto Alegre. Não existe, entendeu? Vocês são fundamentais, e é um trabalho brilhante do pessoal que vem da serra, que vem do litoral, são pessoas com quem eu me relaciono, que eu admiro, certo? Então, essas inverdades não precisam existir nesse processo.

Os feirantes que estão a favor da lei estão sendo beneficiados pela Prefeitura. Gente, eu não estou ganhando nada para estar aqui, eu só estou expondo um outro lado, é isso o que vocês têm que entender. A democracia permite que a gente seja a favor ou contra. Vocês têm que respeitar, e vamos deixar bem claro aqui: são muitos os produtores que são a favor do projeto. Não são só de Porto Alegre não, não são só de Porto Alegre, são vários produtores do interior que acabam se calando por constrangimento, por não querer entrar em conflito. Isso é uma outra situação que o conselho tem que reavaliar.

Para concluir, Ver.^a Biga, a senhora disse que quer que a Prefeitura converse com os feirantes. O conselho não aceitou dialogar artigo por artigo e não permitiu que o secretário participasse das reuniões de feitas. Não é só a Prefeitura que não quis dialogar, o conselho também evitou que isso acontecesse. Muito obrigado a todos. Boa noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Eduardo Gigante. Sra. Presidente, elas têm as inscrições das falas das comunidades, bem como das senhoras e senhores vereadores e já foram devidamente esgotadas. Então, a senhora está em condições de passar a palavra ao secretário Cassio Trogildo para as considerações finais, em nome do autor do projeto, que é o governo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Diretor, antes de passar a palavra ao secretário, o meu colega Robaina – não sei se ainda está aí – me perguntou se eu conhecia as feiras. Eu venho de uma geração do interior, em que o próprio produtor já vendia, na frente da sua casa, as mercadorias; é isso o que eu entendo. Sou frequentadora, ou melhor, consumidora de feira e gostaria de ter mais feiras sem agrotóxico em Porto Alegre. O secretário está com a palavra. Muito obrigada pela presença, parabéns pelo interesse de comandar essa ação para as feiras ecológicas.

SR. CASSIO TROGILDO: Primeiro, gostaria de agradecer a todos que permaneceram aqui no debate até as 9h30min da noite. São 2h30min de audiência pública. Isso é mais uma demonstração de que esse processo sempre foi um processo de diálogo, de construção. Essa audiência pública deixou muito bem claro a todos que aqui ouviram e participaram quem é militante do processo e já tem posição pré-definida, e quem realmente é produtor e realmente está interessado em que a lei seja aprovada e traga as garantias que ainda estão previstas.

O Heverton falou aqui que a Prefeitura está promovendo uma ação contra feirante. Isso não é verdade, é mais uma inverdade. Quem está promovendo uma ação contra a FAE é o feirante da FAE que se achou lesado pela associação e está movendo um processo. Não tem nada a ver com a Prefeitura, não tem nada a ver com a Prefeitura. Então, é mais uma inverdade. Podem procurar no processo. Veja o número do processo, Heverton, para ver se a Prefeitura é parte do processo, porque essa é mais uma mentira que foi contada ao longo desse processo. Esse, sim, faz parte dos 5% que não concordam com as mentiras, com as inverdades que estão sendo aqui colocadas, que eu acho que foram muito bem elencadas por parte dos produtores de Porto Alegre que realmente vêm participando da discussão. Agora foi perguntado por que a audiência pública é *online*. Não sou eu que defino, é o governo que define isso. As audiências públicas da Câmara têm sido todas remotas. Eu quero dizer que, quando assim foi decidido, eu até concordei, porque disse aqui que 270 feirantes não são de Porto Alegre. Então, isso facilita, porque eu tenho certeza de que na sala que foi aberta na Câmara tem muito pouco produtor, porque os de Porto Alegre não estão aí, e os do interior, da Região Metropolitana e da serra, também não estão. Eles não vieram a Porto Alegre para acompanhar a audiência pública. Os que estão acompanhando, estão acompanhando de forma *online*. Então essa retórica de que não houve diálogo, mais uma vez está descredenciada e desmerecida.

A Ver.^a Biga pediu mais diálogo, perguntou se nós tínhamos conversado com os feirantes. Sabe como é que se conversa com os feirantes? Às 6h30min da

manhã, hora em que começa a feira, e é isso que eu tenho feito, nas feiras orgânicas de Porto Alegre. Eu as tenho percorrido, ouvido, escutado, apresentado os argumentos, por isso que a nossa proposta de janeiro, quando foi apresentada, teve muitas alterações, muitas alterações com aqueles que se dispuseram a contribuir.

Leonardo, da CPOrg, eu fico entristecido porque a CPOrg só resolveu se manifestar sobre projeto de lei agora, depois de dez meses de discussão. Infelizmente, eu não vou dizer que é tempo atrasado, até porque o projeto está na Câmara; agora, paralisar um processo de dez meses, em que tem o membro da CPOrg, que é o secretário proponente do projeto, eu, sinceramente, não posso concordar. Aliás, não foi uma deliberação da CPOrg comercialização, porque a CPOrg comercialização não poderia nem deliberar com o quórum que estava lá, mas eu respeito a discussão, acho que foi, das discussões, a mais profícua, inclusive elogiei o trabalho do Leonardo pela manhã, que fez justamente um cotejamento, artigo por artigo. No cotejamento que estava posto, se verifica que são poucas as divergências, por isso que são 5%, e nós não teremos consenso, sabem por quê? Porque, na democracia, é permitido aos 5% enxergar o mundo de forma diversa. E a Câmara Municipal, que é o órgão soberano da cidade, onde 36 vereadores representam toda a população; o prefeito, para se eleger, precisa de 50% mais um dos votos, mas a Câmara representa inclusive aqueles que não votaram no prefeito. A Câmara é soberana, então logicamente nós estamos abertos. Eu fui parlamentar por oito anos, presidi a Casa do Povo por duas oportunidades e sempre fiz maravilhosas construções. Logicamente, nós estamos abertos, sim, a construções que não mexam nas cláusulas pétreas que nós temos em relação ao problema, até porque todos aqueles que falaram contra o projeto, falaram ou apontaram o que eram contra em cada artigo. Falaram na questão da participação dos feirantes nas comissões de feiras, mas isso está previsto lá, desde a resolução de 2012, a Resolução nº 03: “São atribuições da SMIC regulamentar as feiras da esfera do Município”. Já estava lá. É a base para o nosso projeto de lei: “Estabelecer no âmbito do Município suas metas políticas administrativas; estabelecer critérios de funcionamento dentro dos critérios de

conveniência; supervisionar o funcionamento das feiras”. Isso está lá na Resolução nº 03 de 2012, que foi construída com um amplo debate. O que está prevendo em relação a isso o projeto de lei enviado, dentre tantos outros artigos? O artigo 8º: “A coordenação e fiscalização de cada unidade de feira ficarão a cargo do Executivo municipal em conjunto com os representantes dos feirantes, notadamente através das comissões de cada unidade”. Bem, se “conjuntamente” não é junto, eu não sei qual é o termo que nós precisaríamos usar aqui para dizer que a disposição do Executivo foi de fazer tudo conjuntamente.

Bom, teve vereador que eu respeito aqui que disse que vai regular por decreto. Todas as leis têm regulamentação por decreto, aliás, existem as leis, os decretos, as resoluções e as instruções normativas, cada um na sua instância, pois está garantida na lei a autogestão. Logicamente que o decreto agora vai pormenorizar como será essa gestão, não podendo ir além daquilo que está proposto, ou seja, será em conjunto. O decreto não vai poder dizer que é só o Executivo que vai coordenar e fiscalizar, porque vai estar na lei que é em conjunto. Portanto, eu novamente digo que fico muito feliz com mais um debate na audiência pública, porque novamente ele demonstrou quem realmente está interessado em construir: os feirantes, aqueles que são produtores, que querem uma lei. Nenhuma lei é perfeita, nenhum projeto de lei é perfeito. Logicamente que nós continuamos abertos, como sempre estivemos; o que não teve foi vontade de colaborar, vontade de debater de muitas pessoas que se dizem representantes de todos os feirantes da cidade. E quero dizer o seguinte: não os representam! Não representam. Está dito por muitos feirantes que não se sentem representados por essa direção do Conselho de Feiras, e que nós respeitamos. Ver. Oliboni, o prefeito já recebeu o Conselho de Feiras, recebeu as suas considerações, e nós entendemos que 95% de todo o acúmulo está representado no projeto de lei que enviamos à Câmara Municipal. Como eu disse, dos 5% restantes, ainda podemos ajustar algumas coisas, e outras são formas distintas de enxergarmos o mundo e nos postarmos para a sociedade. Muito obrigado, Ver.^a Lourdes, mais uma vez, pela sua condução. Muito obrigado ao nosso querido diretor legislativo, que completa 15 anos aqui nesta função,

nos seus 45 anos de Casa. Obrigado a todos que participaram. Um grande abraço e continuemos o nosso debate até a aprovação desse projeto de lei, que vai ser uma lei que garantirá muitos direitos para os nossos feirantes e, no geral, para toda a população da cidade que usufrui das feiras orgânicas ecológicas da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, meu grande abraço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, secretário. Sra. Presidente, estão concluídos os trabalhos. A senhora pode encaminhar o encerramento da audiência.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Encaminho o encerramento desta audiência pública, com bons debates, opiniões divergentes, mas as audiências públicas são assim. Nós vamos considerar, isso vai tramitar na Câmara Municipal, ainda tem várias comissões, ainda tem oportunidades de emendas, e desejamos que seja um projeto que contemple a maioria dos interesses dos produtores, dos feirantes. Boa noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado pela presença de todos e todas, nós desejamos um bom final de noite. Nada mais havendo a tratar, encerramos os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a audiência pública às 21h40min.)